

GABRIELA CARVALHO MENDES MARANHÃO

**A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DIREITO: UMA VISÃO  
CRÍTICA SOBRE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E OS FINS DA  
PENA NA LITERATURA JURIDÍCO-PENAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada como  
requisito para conclusão do curso  
de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

Orientadora: Cristina Zackseski.

Brasília  
2011

## **Resumo**

O ensino superior das Ciências Jurídicas tem se mostrado cada vez mais distante da sua função social, se afastando de questões primordiais como a justiça, a igualdade e a busca pela melhor administração das relações sociais, restringindo-se a uma educação descontextualizada, dogmática e unidisciplinar. Por consequência, esse modelo de ensino tem influenciado fortemente a formação dos estudantes de Direito, que, quase sempre, tem seus conhecimentos fundados basicamente na mera reafirmação de leis, sem que sejam elaboradas críticas e reflexões sobre o que é ensinado. A presente pesquisa elabora uma análise crítica do ensino contemporâneo das Ciências Jurídicas, relatando suas principais características e seus resultados para o futuro profissional de Direito. A questão central do trabalho é demonstrar a importância da formação crítica para o estudante e, com esse fim, é realizando um estudo comparativo entre a abordagem apresentada pela doutrina penal tradicional e pela doutrina penal crítica sobre o princípio da igualdade e sobre os fins da pena no sistema penal brasileiro, com o objetivo de mostrar as diferentes visões que cada uma dessas doutrinas possibilita. Por fim, são apresentados alguns dados sobre o atual perfil da população carcerária, realizando-se um contraponto entre a perspectiva da doutrina penal tradicional e a doutrina penal crítica.

**Palavras-chave:** Ensino jurídico. Formação crítica. Princípio da Igualdade. Fins da pena. População prisional.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>I - UM RETRATO DO ENSINO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>8</b>
1.1 Pensando o ensino jurídico .....	8
1.2 Crítica ao modelo de ensino jurídico .....	9
1.2.1 Descontextualização .....	10
1.2.2 Dogmatismo .....	13
1.2.3 Unidisciplinariedade .....	16
1.2.4 Considerações gerais sobre as características do modelo central do ensino jurídico.....	19
1.3 Breves comentários a respeito da Portaria do MEC nº 1.886/94 .....	20
1.4 O estudante de Direito e sua função no meio social .....	22
1.5 O estudante de Direito e a importância da formação crítica .....	24
<b>II - UM ESTUDO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DOS FINS DA PENA NA LITERATURA JURÍDICO-PENAL BRASILEIRA .....</b>	<b>28</b>
2.1 A influência da literatura no meio acadêmico .....	29
2.2 A literatura jurídico-penal apresentada pela doutrina tradicional .....	30
2.2.1 A discussão a respeito do princípio da igualdade no Direito Penal.....	30
2.2.2 A discussão a respeito dos fins da pena no Direito penal.....	33
2.2.3 Primeiros questionamentos sobre a visão apresentada pela doutrina penal tradicional .....	36
2.3 A literatura jurídico-penal apresentada pela doutrina crítica.....	38
2.3.1 A discussão a respeito do princípio da igualdade no Direito Penal.....	39
2.3.1.1 A relatividade do delito .....	39
2.3.1.2 Seletividade na perseguição dos indivíduos .....	42

2.3.1.3 Subjetividade das decisões judiciais.....	45
2.3.1.4 A cifra negra .....	47
2.3.1.5 A criminalidade de colarinho branco.....	49
2.3.2 A discussão a respeito dos fins da pena no Direito Penal .....	52
2.3.2.1 A Teoria do <i>Labelling Approach</i> .....	53
2.3.2.2 Efeitos da pena não declarados pelo sistema penal .....	56
2.4 Comentários a respeito do estudo comparado entre as doutrinas penais.....	58
<b>III - O PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA: considerações sobre a administração da justiça penal e a importância da formação crítica .....</b>	<b>60</b>
3.1 O perfil atual da população carcerária brasileira .....	60
3.2 Comentários a respeito dos dados estatísticos apresentados: contrapontos entre a perspectiva da doutrina penal tradicional e da doutrina penal crítica.....	63
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>76</b>

## Introdução

O ensino jurídico, como hoje se vê, tem tomado diferentes formas e adquirido características particulares, se mostrando, de modo geral, um ensino apartado do meio em que está inserido, tratando de leis que parecem não se conectar com o contexto histórico-cultural em que está inserido. A crescente busca pelo curso universitário de Direito<sup>1</sup> tem contribuído para a mecanização do ensino, transformando tanto a imagem do Direito, quanto a do seu profissional. Assim, atualmente, o ensino jurídico pode ser identificado com três aspectos específicos: a descontextualização, o dogmatismo e a unidisciplinarietà. Essas características dão ao Direito a aparência de uma Ciência que pode ser entendida sem a comunicação com a própria sociedade, pois estudam leis e doutrinas que pouco se relacionam com o homem comum e com seu contexto social, além de se limitar a um estudo basicamente das leis postas, sem a interrelação com outras áreas de conhecimento.

Tais mudanças no ensino jurídico tem tido reflexos diretos na formação dos acadêmicos de Direito, que não veem mais no curso sua importante função social, ética e cidadã, relacionada a uma atuação que possibilite defender a transformação ou a manutenção de valores, proteger alguns interesses em detrimento de outros, garantir o acesso à justiça, mas identificam, em suma, o curso de Direito com a chance de conseguir uma ascensão econômica e uma elevação em seu *status* social.

Essa nova face do ensino jurídico mudou a essência da formação do profissional de Direito, que, em geral, se mostra um profissional conformista, engessado, com pouca capacidade reflexiva sobre sua atuação, realizando um trabalho de mera reprodução de conhecimentos e técnicas, deixando para traz questões como a igualdade, a busca pela paz social, a justiça e a cidadania.

---

<sup>1</sup> O Brasil já possui mais faculdades de Direito do que todos os países do mundo, totalizando 1.240 cursos em território nacional, enquanto no resto do planeta existem 1.100 instituições. Esses números foram informados pelo Presidente do Conselho Federal da OAB no Conselho Nacional de Justiça, conforme notícia da OAB divulgada em outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia.asp?id=20734>>. Acesso em: 18 de fev. de 2011.

Essa nova visão do profissional é de fundamental importância para que possamos perceber quais atuantes estarão representando os interesses da coletividade dentro do meio jurídico e quais mudanças (ou manutenções) sociais esse exercício pode trazer.

A imagem do universitário associada a um profissional acrítico e distante das realidades sociais tem sua origem relacionada, dentre outras coisas, a sua formação acadêmica e, em especial, a sua formação literária, pois a leitura desenvolvida pelos estudantes no decorrer da graduação pode levar a construção de posicionamentos a respeito do que é estudando e a consolidação de um conhecimento que futuramente poderá ser aplicado em seu exercício profissional.

Assim, os pontos centrais desta pesquisa são os principais aspectos do ensino jurídico contemporâneo, bem como sua influência na formação do profissional de Direito, e a importância da literatura jurídica para a formação do profissional crítico e inovador.

Deste modo, com o objetivo de retratar a importância do que é lido pelo estudante de Direito, será desenvolvida uma análise comparativa entre a abordagem exposta pela doutrina penal tradicional e pela doutrina penal crítica, especificamente, sobre o que é tratado com relação ao princípio da igualdade e aos fins da pena no sistema penal. Para esta pesquisa, a doutrina penal tradicional será identificada com os principais manuais de Direito Penal, ao passo que a doutrina penal crítica, será identificada com a literatura jurídico-penal que apresente uma visão questionadora sobre os diversos aspectos do Direito Penal e sua aplicação no meio, em especial, com os estudos elaborados pela Criminologia Crítica.

A opção pelo estudo em particular do princípio da igualdade e dos fins da pena, se deu pela importância fundamental desses temas para a ordem jurídica como um todo, visto que o princípio da igualdade é um eixo essencial para o Estado Democrático de Direito e um princípio de grande importância para a nossa atual Constituição Federal, sendo previsto expressamente no *caput* do art. 5º. Sobre o debate a respeito dos fins da pena no sistema penal brasileiro a discussão é de grande valor em razão de as penas corresponderem à base de todo o Direito Penal, que se funda basicamente na punição do indivíduo infrator<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para Paulo Queiroz: “Pensar os fins da pena é, portanto, pensar o sentido e os fins do direito penal mesmo. A história das teorias da pena – disse Maurach – é uma história universal do próprio direito penal; afinal, a pena

Assim, o estudo comparativo entre as diferentes doutrinas penais será elaborado buscando apresentar os diversos aspectos tratados sobre os temas, demonstrando qual a visão construída por esses estudos e, principalmente, demonstrando que tipo de pensamento cada uma dessas doutrinas é capaz de formar e como isso influencia o exercício profissional do atuante na área jurídica. Busca-se, então, mostrar como a opção por qual literatura jurídico-penal será realizada pode determinar que tipo de formação e de atuação será futuramente possível.

Por fim, será elaborado um relato sobre o perfil da população carcerária brasileira atual com o objetivo de demonstrar como a administração da justiça penal pode ser lida sob as diferentes visões apresentadas pela doutrina penal tradicional e pela doutrina penal crítica.

Pelo exposto, o ponto fundamental desta pesquisa será o pensamento sobre a importância da formação crítica para o profissional de Direito<sup>3</sup> e como essa formação poderá influenciar tanto sua futura atuação profissional, quanto as relações entre os indivíduos dentro do meio social, pois, quando reconhecemos a atuação do profissional do Direito como um exercício de cidadania, capaz de modificar direitos e relações sociais, transmitindo seus resultados para toda a coletividade, a indagação sobre o que se faz, como se faz e quais as consequências do que é feito, é fundamental para que o exercício da atividade jurídica não seja realizado por profissionais máquinas, mas por efetivos profissionais de Direito, que integrem seu meio e que sejam capazes de pensar sobre ele.

---

constitui a resposta penal por excelência.” (QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal**: parte geral. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 311).

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, o desenvolvimento do pensamento crítico se refere à teoria jurídica crítica quando entendida como a “formulação teórico-prática que se revela sob a forma do exercício reflexivo capaz de questionar e de romper com o que está disciplinarmente ordenado e oficialmente consagrado (no conhecimento, no discurso e no comportamento) em dada formação social e a possibilidade de conceber e operacionalizar outras formas diferenciadas, não repressivas e emancipadoras, de prática jurídica”. (WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 18).

## Capítulo I

### Um Retrato do Ensino Jurídico Contemporâneo

O presente capítulo se destina a tratar do ensino jurídico contemporâneo em seu aspecto geral e em suas principais consequências, tanto com relação à formação do aspirante à carreira jurídica, quanto com relação às diversas respostas sociais decorrentes da formação dos estudantes. Busca-se, portanto, realizar um estudo a cerca das características do ensino atual do Direito como um todo e seus consequentes reflexos no meio em que está inserido.

#### 1.1 Pensando o ensino jurídico

O notável aumento das faculdades de Direito e a crescente procura por seus cursos universitários tem despertado a discussão a respeito do que os alunos pretendem buscar com o ensino superior e qual a imagem que o curso transmite. Não só no ensino jurídico, mas na maioria dos cursos de nível superior, o aluno ingressa na carreira de estudante universitário sem saber exatamente o que o espera. Porém, é possível perceber que a formação jurídica é, quase sempre, associada pelo senso comum a um trabalho de poder, que possibilita o alcance de uma reconhecida carreira profissional, um *status* social elevado e, principalmente, a possibilidade de alcançar altas remunerações.

Com as novas necessidades do mundo contemporâneo que prioriza caminhos curtos e rápidos para solucionar conflitos o fim das Ciências Jurídicas tem se perdido pelo caminho dos bacharéis. De modo geral, os profissionais da nova geração enxergam no curso de Direito não mais seu sentido ético e moral, de busca de soluções para as demandas sociais da melhor forma para a coletividade, mas soluções rápidas e técnicas, realizadas por meio de um trabalho mecânico de mera reprodução do conhecimento. Assim, percebe-se que a formação acadêmica do estudante de Direito, vista como uma formação compromissada com a busca da justiça, da paz social e da administração das relações sociais de forma igualitária, não faz mais



parte da imagem associada ao curso das Ciências Jurídicas, demonstrando a existência de um impasse no ensino acadêmico do Direito.

Ainda hoje, encontramos alguns cursos de Direito que são montados com pouco preparo, em locais inadequados e com professores despreparados, uma vez que não há muitas dificuldades aparentes em sua estrutura, é preciso somente de um espaço físico, algumas cadeiras, um quadro e um professor, não havendo, em um primeiro plano, muitos mistérios. Esta elevação dos números das instituições tem facilitado o acesso ao ensino jurídico superior. Contudo, resta o questionamento a respeito de qual ensino é proporcionado a esses indivíduos.

Há também a questão do perfil do aspirante aos cursos jurídicos, que são, em sua maioria, estudantes de classe média, que, segundo Roberto Aguiar, possuem um sentimento de “ascensão social, de busca de segurança e de inserção dentro de um imaginário mercado. Essas características mostram as dificuldades de termos estudantes renovadores, pois seus estratos sociais tendem a ser conservadores”<sup>4</sup>. Este perfil de estudante mostra que a maioria está habituada a cumprir regras, a seguir o caminho tradicional e não a questioná-lo e pensar sobre ele.

Além disso, muitos desses alunos ingressam nas faculdades com uma formação insuficiente do ensino médio, com conhecimentos deficientes em língua portuguesa, história, sociologia, filosofia etc., o que leva a um caminho de pouca ou nenhuma formação de cidadania e pensamento questionador, formando alunos incapazes de perceber sequer o mundo que os cerca.

## 1.2 Crítica ao modelo de ensino jurídico

O curso universitário de Direito tem adquirido uma nova imagem ao longo dos últimos anos, despertando o interesse de diversos estudiosos da área. Desde 1992, a Ordem dos Advogados do Brasil tem realizado estudos a respeito do modelo central do ensino jurídico em aplicação, além de tantas outras pesquisas elaboradas por intelectuais a respeito do tema<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 205.

<sup>5</sup> Sobre ensino jurídico, alguns autores: ADEODATO, João Maurício. Perfil do advogado brasileiro - uma pesquisa nacional. **OAB ensino jurídico**, n. 4, p. 09-17, 1996; AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004; COSTA, Alexandre Bernardino. Direito e avesso: a crise atual do ensino jurídico. **Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região**, v. 1, p. 21-25, 2010; FARIA, José Eduardo. **A Reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: S.A.F.E., 1987; FELIX, Loussia P. Musse. Competências no

Visualizando o panorama geral dessas pesquisas, o modelo de ensino jurídico atual tem sido qualificado por essa corrente de estudo, em especial, por André Luiz Lopes dos Santos e por Inês da Fonseca Pôrto, com fundamento em três perspectivas: descontextualização, dogmatismo e unidisciplinaridade.

### 1.2.1 Descontextualização

A descontextualização do Direito se refere à aceitação do ordenamento jurídico como fonte única de produção de normas, negando, deste modo, o pluralismo jurídico<sup>6</sup>, que, por outro lado, reconhece o Direito do Estado como fonte central das leis, mas observa, também, a produção de normas de conduta resultantes de subgrupos do meio social e, ainda, a interação dessas normas com a legislação dominante.

Conforme Inês da Fonseca Pôrto, o pluralismo jurídico reconhece que “o poder existe na sociedade sob diferentes formas, estruturando as relações entre os homens e criando uma pluralidade de contextos jurídicos”<sup>7</sup>. A vida social se traduz de diferentes maneiras em diversos contextos, que possuem suas características próprias de padrões de comportamento, sendo que a existência de um poder dominante se comunica diretamente com comportamentos individuais, que cedem aos padrões oficiais ou se demonstram contrários a eles. Percebe-se, então, que “o ensino jurídico, entretanto, funda-se na noção de que o poder só existe numa forma

---

processo de formação do bacharel em Direito – Perspectivas para integração das demandas relativas ao estudante e às carreiras jurídicas. **Revista Direito GV**, v. 2, p. 01-09, 2008; LIMA, Ernando Uchoa. Apresentação. In: **OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996; LÔBO, Paulo. Para preservar os padrões de qualidade do ensino jurídico. **Anuário ABEDI**, Florianópolis, v. 1, p. 123-138, 2003; LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1999; PÔRTO, Inês da Fonseca. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação: construção do projeto didático no ensino jurídico**. Porto Alegre: S.A.F.E., 2000; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino jurídico para que(m)? Tópicos para análise e reflexão. **Revista de Direito Alternativo**, São Paulo, v. 3, p. 140-156, 1994; SANTOS, André Luiz Lopes dos. **Ensino Jurídico: uma abordagem político-educacional**. Campinas: Edicamp, 2002; SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Ensino jurídico: pesquisa e interdisciplinaridade. In: **OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

<sup>6</sup> Como ensina Antônio Carlos Wolkmer, “o principal núcleo para o qual converge o pluralismo jurídico é a negação de que o Estado seja a fonte única e exclusiva de todo o Direito. Trata-se de uma visão antidogmática que advoga a supremacia de fundamentos ético-sociológicos sobre critérios tecnoformais. Assim, minimiza-se ou exclui-se a legislação formal do Estado e prioriza-se a produção normativa multiforme de conteúdo concreto gerada por instâncias, corpos ou movimentos organizados semi-autônomos que compõem a vida social”. Assim, o pluralismo jurídico reconhece a existência de formas de determinação de comportamentos sociais distintas das normas oficiais, sedo que, “o Estado convive com outras ordenações, ora em relação de coexistência, ora em relação de luta”. (WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. São Paulo: Alfa Omega, 1994, p. 168 e p. 173, respectivamente).

<sup>7</sup> PÔRTO, Inês da Fonseca. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação: construção do projeto didático no ensino jurídico**. Porto Alegre: S.A.F.E., 2000, p. 33.

específica – a forma estatal – e, conseqüentemente, só há um legítimo contexto produtor do direito”<sup>8</sup>.

O Direito que surge do Estado é a norma de comportamento oficial, mas é apenas um dos meios pelo qual as normas sociais se manifestam, já que outras normas de conduta são estabelecidas paralelamente à oficial e possuem também a expectativa de obediência, algumas vezes até com maior intensidade que o Direito posto nas leis. Portanto, dentro do contexto social existem expectativas de comportamento entre os integrantes do grupo, que são exigidas pelas diversas formas de controles sociais, mas que nem sempre dependem de determinação legal.

O controle social pode ocorrer de diferentes formas, podendo ser externado pelo controle formal e pelo controle informal. O primeiro é, dentre outros, o “direito e instituições de repressão e tratamento – polícia, tribunais, prisões, instituições para menores”<sup>9</sup>, ou seja, é o controle oficial feito pelo Estado, enquanto o controle não formal é o exercido pela “religião, família, escola, meios de comunicação, partidos, opinião pública, etc.”<sup>10</sup>, realizado pelos indivíduos sociais de forma não oficial. O importante é perceber a existência de diferentes forças agindo sobre os integrantes do meio, forças que nem sempre surgem das leis, mas que influenciam os homens e geram conseqüências na sociedade.

Além disso, Inês da Fonseca Pôrto apresenta o significado da descontextualização do ensino jurídico desdobrado em duas ideias, a que não reconhece o pluralismo jurídico e a que não permite o conhecimento dos outros contextos normativos. Ou seja, ao mesmo tempo em que o ensino jurídico não admite o pluralismo, possibilita a formação de uma consciência que não permite o reconhecimento dessa diversidade. Para a autora, esse fenômeno pode ser denominado como pedagogia do ocultamento<sup>11</sup>, isto é:

Cada contexto produz um tipo de saber derivado da prática, um saber que nasce das relações quotidianas de subordinação e resistência. Para manter oculta a relevância dos saberes dos demais contextos, o ensino jurídico construiu uma pedagogia do ocultamento. O ensino jurídico é, dessa forma, duplamente

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 237.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>11</sup> PÔRTO, Inês da Fonseca. Ob. cit., 2000, p. 37.

descontextualizado: em razão do conhecimento que produz, e em razão da forma como produz esse conhecimento.<sup>12</sup>

A partir da formação dessa ideia de Direito, em que se exclui a possibilidade de outras formas de controle, o ensino é formado com fundamento em uma única vertente, o que leva a formação de um conhecimento elaborado a partir de ocultamentos, já que “despreza os saberes dos outros contextos sociais construídos a partir das especificidades de suas práticas”<sup>13</sup>. O conhecimento adquirido será, portanto, descontextualizado, ao possibilitar a formação de uma noção parcial das relações de convívio do coletivo, que são inúmeras e altamente complexas, não sendo possível a sua restrição somente ao que é determinado pelos códigos de leis.

O ensino descontextualizado leva a uma formação desconectada com as relações sociais do mundo fora das salas de aula, desconectada com a realidade, com os acontecimentos do dia-a-dia. Roberto A. R. de Aguiar apresenta uma das consequências decorrentes da descontextualização do ensino jurídico afirmando que:

As faculdades de direito parecem não pertencer ao mundo presente, dando a impressão de se situar em outros tempos ou em tempo nenhum, construindo uma dinâmica própria, que se desenrola paralelamente ao que está acontecendo fora de seus muros. A marca mais evidente desse fenômeno é *sua prática de não tratar dos temas importantes da atualidade*, em qualquer de suas instância ou atividades, quase preservando os alunos dos impactos da atualidade, ou preservando as noções que transmitem dos desafios de novos saberes, novas condutas e novos problemas. Como pano de fundo dessa prática encontramos a noção segundo a qual o direito tem uma essência imutável, uma natureza eterna que paira além da história, das conjunturas e da mutabilidade do mundo, aspectos passageiros e secundários para certos (in)cultores do direito.<sup>14</sup> (grifo no original)

O comentário do autor se mostra altamente relevante quando apresenta as implicações práticas de um ensino descontextualizado, já que a formação jurídica que não se relaciona diretamente com o meio histórico-cultural que o cerca perde sua função social, bloqueando a relação direta das leis com situações “que mobilizam a cidadania, nas questões problemáticas da sociedade, como os direitos humanos, a exclusão social, a segurança pública, a violência, a fome, as privatizações, para citar algumas”<sup>15</sup>. O ensino descontextualizado afasta a

---

<sup>12</sup> Idem, ibidem.

<sup>13</sup> Idem, p. 38.

<sup>14</sup> AGUIAR, Roberto A. R. de. Ob. cit., 2004, p. 199 e 200.

<sup>15</sup> Idem, p. 200.

formação cidadã por ser descompassado com os avanços das relações humanas e das carências sociais. Nas palavras de André Luiz Lopes dos Santos:

O problema da descontextualização, dentro desse paradigma, está em que, nele, na medida em que se equiparam Direito e lei, perdem espaço e sentido quaisquer posturas questionadoras ou críticas, uma vez que cabe ao agente jurídico, apenas estudar e manipular um universo conceitual (dogmaticamente construído e transmitido) previamente delimitado e altamente restrito, circunscrito à lei posta.

Esse saber jurídico, dessa forma, transforma-se numa espécie de conhecimento hermético, alheio ao ambiente que o circunda [...]. Em síntese, um saber que, inenfo às práticas sociais que o circunscrevem, resta estagnado, a-histórico, *descontextualizado* [...].<sup>16</sup> (grifo original)

Verifica-se, então, que o ensino universitário do Direito tem se restringido, em grande parte, a questões distantes da realidade do contexto histórico-cultural em que está inserido, despertando o questionamento sobre o que pretende esse ensino e qual sua função, já que se mostra incapaz de se comunicar de forma direta com os acontecimentos factuais da coletividade.

### 1.2.2 Dogmatismo

O ensino do Direito é associado, também, em maior parte, a um ensino dogmático, isto é, se restringe à reprodução do conhecimento sem que sejam elaborados questionamentos ao que é exposto. As leis são, portanto, vistas como algo pronto e acabado, que não deve ser contestado, mas apenas interpretado e aplicado. Assim, “no âmbito dos cursos jurídicos, esses dogmas são apresentados como pontos inquestionáveis do conhecimento”<sup>17</sup>.

Em suma, no decorrer do ensino universitário, ao serem analisadas as leis, é aprendido como determinada norma deve ser interpretada e aplicada, enquanto outras possíveis indagações, que normalmente não são apresentadas e que tenham talvez mais importância, passam despercebidas. Por exemplo: a intenção do comando legal busca realmente apresentar soluções para o bem que se quer proteger e não outro? Essa lei é capaz de atingir seus objetivos? Existem outros meios que podem potencializar a proteção do objeto que a lei defende?

<sup>16</sup>SANTOS, André Luiz Lopes dos. **Ensino Jurídico**: uma abordagem político-educacional. Campinas: Edicamp, 2002, p. 54.

<sup>17</sup>Idem, p. 64.

A crítica apresentada a esse aspecto do ensino, como observa André Luiz Lopes do Santos, se refere ao “dogmatismo (tomado como postura intrinsecamente não-problematizante dos temas abordados, fruto da ‘certeza de ter razão’), e não aos dogmas, em si mesmo considerados”<sup>18</sup>. Então, o questionamento é direcionado ao método utilizado e não ao conteúdo propriamente dito, sendo o desafio, portanto, “permitir a compreensão dos dogmas como aquilo que realmente são – construções teóricas voltadas à operacionalidade do contexto normativo, por seus aplicadores – e não como algo dado, como verdades eternas”<sup>19</sup>.

O conhecimento adquirido pelo estudante deve ser alcançado com a compreensão de seu contexto social, suas implicações no meio em que será aplicado e sua ligação com as necessidades humanas, permitindo uma visão ampla e profunda das normas que são objeto de debates nas salas de aula, evitando que o conhecimento dessas normas seja a mera notícia de sua existência e a percepção superficial do que seu texto implica. Conforme crítica apresentada por Roberto A. R. de Aguiar:

[...] em suma, os princípios, as interpretações e as idéias devem ser aceitas obedientemente, sem discussão, como se fossem dogmas imutáveis e as sebatas de ontem se transformam nos manuais de hoje, que se tornam os dogmas a serem decorados ou vomitados de volta para o professor, que deseja saber se o estudante aprendeu aquilo que ele pensa, ou aquilo que ele produz nos livros superficialmente lidos. Nunca o cidadão, pois ele é potencialmente revolucionário, pode quebrar a ordem, pode descrer das leis, pode ter autonomia e singrar outros mares do conhecimento e da inserção na sociedade. Assim se forma o profissional técnico, que confunde direito com lei e não tem nem a menor noção de justiça ou preocupação com os efeitos sociais, econômicos ou políticos de sua conduta e muito menos das implicações desses aspectos com a juridicidade.<sup>20</sup>

Enquanto houver a confusão entre lei e Direito, o conhecimento jurídico estará estagnado, empacado, restrito, possibilitando, tão somente, a formação de um profissional deficiente e inapto a lidar com as complexas redes sociais. José Eduardo Faria escreve sobre o tema:

Ao reduzir o direito a um simples sistema de normas, o qual se limita a dar sentido jurídico aos fatos sociais à medida que estes são enquadrados no esquema normativo vigente, esta concepção torna desnecessário o

---

<sup>18</sup>Idem, ibidem.

<sup>19</sup>Idem, p. 66.

<sup>20</sup> AGUIAR, Roberto A. R. de. Ob. cit., 2004, p. 180.

questionamento dos dogmas. Ou seja, despreza a discussão relativa à função social das leis e dos códigos, valorizando exclusivamente seus aspectos técnicos e procedimentais.<sup>21</sup>

As leis se prestam, assim, a guiar o aprendizado e não a limitá-lo, sendo possível e necessário o debate, a discussão e o questionamento sobre seu conteúdo e sua aplicação. O entendimento contrário ao que é exposto nas salas de aula das universidades pelos professores e pelas próprias normas pode existir e pode ser pensado. De outro modo, de acordo com o mesmo autor:

Ao deixar a faculdade com o diploma nas mãos, terão a amargura de descobrir o descompasso entre a (in)formação profissional recebida e o universo de conflitos reais, não contando assim com preparo teórico e prático suficiente para reordenar seus conceitos e ajustar-se a uma realidade nova e responsável por inúmeras transformações nas funções do direito.<sup>22</sup>

Inês da Fonseca Pôrto trata, ainda, da formação de uma segurança jurídica que o dogmatismo proporciona, baseando-se em um ambiente distante do mundo do cidadão comum como um reflexo do dogmatismo. Já que, os operantes do Direito fazem a tradução dos conflitos que ocorrem no mundo cotidiano para o mundo jurídico, distanciando o sujeito da compreensão de seus próprios direitos. Assim, ao comentar Pierre Bordieu, a referida autora conclui que tal atuação pode ser compreendida como:

[...] uma tarefa de des-realização dos conflitos, que saem do alcance das próprias pessoas nele envolvidas, para as mãos dos especialistas. Os conflitos são traduzidos numa linguagem pretensamente “autônoma”, impessoal e universal, a linguagem jurídica. Uma linguagem que fala sobre as mesmas coisas do senso comum, mas utilizando-se de termos diferentes.<sup>23</sup>

A atuação do profissional do Direito é imprescindível ao cidadão leigo, que desconhece os termos técnicos das normas, mas, ao mesmo tempo, necessita deles. Contudo, ao realizar essa transição, o atuante descontextualiza o sujeito de direitos de suas pretensões criando uma ambiguidade no campo jurídico, ou seja:

[...] ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de acesso a justiça, o homem comum não internaliza o sentimento que “reconhece na legalidade sua

---

<sup>21</sup>FARIA, José Eduardo. **A Reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: S.A.F.E., 1987, p. 28 e 29.

<sup>22</sup>Idem, p. 51.

<sup>23</sup>PÔRTO, Inês da Fonseca. Ob. cit., 2000, p. 50.

legitimidade”, gerando uma “descrença generalizada na eficácia da Justiça e no desempenho de seus agentes”.<sup>24</sup>

A segurança jurídica que trata Inês da Fonseca Pôrto se refere, portanto, à ideia de manutenção do poder dos profissionais do Direito, que dominam o conhecimento técnico, algumas vezes até de forma superficial, mas sempre em posição superior ao cidadão comum, e também à conservação das relações do meio social, já que a atuação de aplicação das leis toma como fundamento a repetição do que já é conhecido e já foi feito, permitindo a continuidade de uma mesma ordem jurídica, que “universaliza práticas e decisões e silencia o possível papel transformador do direito”<sup>25</sup>, visto que a repetição do que já é conhecido permite que “o regular se transforme em regra”<sup>26</sup>.

Nessa ótica, o dogmatismo retrata o Direito como um anti-Direito, ao passo que as normas que são elaboradas com o fim de atender anseios sociais acabam por se afastar da própria sociedade. Não havendo a identificação dos indivíduos sociais com a lei, mas uma barreira entre o homem comum e o homem do Direito, barreira construída pela linguagem, pela (in)compreensão da lei e pelas intenções de controle das relações sociais que as normas possuem.

### **1.2.3 Unidisciplinaridade**

Com relação à unidisciplinaridade, a crítica feita ao ensino jurídico se refere à fragmentação do conhecimento jurídico, isto é, na forma como é ensinado, o Direito é exposto por meio de disciplinas, transmitindo a ideia de que é possível compreender uma sem que haja uma ligação com as demais e, ao ser encarado como Ciência autônoma, as Ciências Jurídicas não se comunicam com outras áreas do conhecimento.

Muitas vezes, no percurso do aprendizado nas universidades, os estudantes do Direito cursam diversas disciplinas que, em vários casos, chegam a parecer matérias independentes, que não possuem uma relação entre si, ou, pior, que não possuem uma relação com o mundo, com o contexto social vivido pelos alunos. Nesse sentido, André Luiz Lopes dos Santos defende que:

---

<sup>24</sup> Idem, p. 52.

<sup>25</sup> Idem, p. 51.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.



A questão que se há de destacar, aqui, relativamente a esse aspecto fragmentário do ensino jurídico, guarda relação direta com outra aporia dessa modalidade de produção do conhecimento: a pretensão de autonomia de que se revestiram as ciências modernas- e o Direito, evidentemente, não consubstanciou exceção a essa regra.

E não apenas o Direito, como um todo, arrogou-se essa autonomia, mas cada uma dessas disciplinas nas quais o seu ensino foi subdividido. Difícil imaginar algum profissional do Direito que, em seus tempos de formação acadêmica não tenha presenciado defesas enfáticas, por seus professores, de cada uma das disciplinas por eles ministradas, como sendo “a mais importante” de todo o curso.<sup>27</sup>

Percebe-se, então, que existe um desequilíbrio entre o que é ministrado nas salas de aula com o corpo integrado do Direito, formando a impressão de que o estudo de uma área específica possa ser o suficiente para a formação de um profissional apto a lidar com o mercado de trabalho, ou parte dele.

Contudo, tal formação desintegrada acabará por possibilitar uma formação desvinculada da função do Direito, pois visa atender objetivos distantes das necessidades do meio social. Fora das faculdades, os conflitos que retratam o coletivo são complexos e se renovam a cada instante, o profissional bem preparado necessita de uma formação que se comunique com as diversas áreas de conhecimento, que fazem parte dessas relações sociais, além, é claro, de possuir uma formação interligada com as próprias disciplinas de seu curso. Deve, então, ser capacitado para compreender e visualizar as diversas situações do cotidiano, podendo elaborar críticas consistentes aos acontecimentos que retratam a sociedade. Conforme observa Inês da Fonseca Pôrto ao comentar Rubem Alves:

O conhecimento jurídico produzido nas escolas acaba sendo um produto de distanciamento da percepção comum das pessoas. À medida que o conhecimento se especializa pela fragmentação disciplinar, distancia-se da vida e prática quotidiana. O lapso entre o falado e o vivido torna-se tão grande, como lembra Alves, que o conhecimento passa a ser um jogo de conceitos impessoal.<sup>28</sup>

Além disso, nos primeiros anos do curso, há a dificuldade de adequação dos conceitos e vocabulários jurídicos, que são extremamente técnicos e distantes do vocabulário do senso comum, criando um mundo a parte do mundo real, em que os fatos ocorridos no meio social são observados pelo Direito em uma linguagem própria e específica, que não pode ser

---

<sup>27</sup> SANTOS, André Luiz Lopes dos. Ob. cit., 2002, p. 70.

<sup>28</sup> PÔRTO, Inês da Fonseca. Ob. cit., 2000, p. 59.

compreendida pelo cidadão leigo. A distinção estabelecida entre esses dois mundos, o mundo dos termos jurídicos e o mundo do senso comum, acaba por criar uma contradição, já que “os temas estudados pelo direito deveriam fazer parte da vida cotidiana, dizendo respeito a todos que vivem em coletividade”<sup>29</sup>.

Há também a problemática da ligação dos estudos jurídicos com outras Ciências, como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia etc., tais disciplinas são geralmente oferecidas no início do curso de Direito como matérias introdutórias da graduação e, conforme André Luiz Lopes dos Santos:

Ainda que no núcleo básico de disciplinas de início do curso insiram-se diversas áreas temáticas não propriamente jurídicas, dessa inclusão a uma efetiva integração interdisciplinar do conhecimento jurídico com essas outras ciências, vai um passo enorme; um passo que, com efeito, *não* é dado no modelo central do ensino jurídico em análise.<sup>30</sup> (grifo no original)

Os alunos ingressam na universidade com conceitos negativos já formados a respeito dessas matérias, acreditando que se tratam de disciplinas que são uma “enrrolação” e que não tem “nada a ver com o Direito”, acabando por iniciar o curso já desanimados com o objeto de estudo, sem mesmo saber ao certo o que será exposto nas aulas. Existe aqui, certamente, um desafio ao professor, que precisa desconstruir os preconceitos que fazem parte do senso comum dos estudantes e recriar a visão que possuem dessas matérias, demonstrando sua importância para a formação de um profissional completo e apto a lidar com a realidade social e, ainda mais importante, para formação do profissional cidadão.

Trata-se, portanto, a unidisciplinaridade, de característica que demonstra o distanciamento da formação acadêmica do mundo prático, levando à construção de pensamentos restritos a cumprimentos de técnicas pré-moldadas, que possuem pouca flexibilidade para novas percepções.

---

<sup>29</sup> Idem, p. 58.

<sup>30</sup> SANTOS, André Luiz Lopes dos. Ob. cit., 2002, p.71 e 72.

#### 1.2.4 Considerações gerais sobre as características do modelo central do ensino jurídico

As características apresentadas sobre o ensino jurídico contemporâneo se referem ao ensino do Direito como um todo e são características complementares, sendo que uma se relaciona diretamente com a outra, já que um ensino contextualizado possibilita a crítica aos dogmas e sua relação com as diversas áreas de conhecimento que se comunicam com o Direito.

Esse questionamento tem fundamental importância na relação do Direito com sua função social, que tem sido apagada da memória dos estudantes, pois não há o reconhecimento da importância social de suas atividades, a função de agregar e ao mesmo tempo transformar valores sociais.

Neste contexto, questiona-se qual a função social do profissional de Direito, será que apenas a de dar seguimento a processos, a de interpretar leis já postas e acabadas, concordando cegamente com suas imposições. Nesse caminho, André Luiz Lopes dos Santos comenta:

Ora, como esperar que, ante um modelo central de ensino como esse, profundamente dissociado do contexto social no qual se insere - e das próprias expectativas do mercado de trabalho ao qual se volta - se possibilite ao bacharel em Direito uma inserção consciente e uma atuação conseqüente, nessa mesma sociedade? Como esperar que, a partir de um instrumento formativo tão distante das questões quotidianas, esse novo profissional possa perceber juridicamente os acontecimentos que o circundam?<sup>31</sup>

O Direito tem um papel de extrema importância na sociedade e hoje tem sido visto com outros olhos, procurando respostas rápidas e objetivas com o fim de proporcionar um atalho para uma profissão com altas gratificações e de reconhecimento no mercado profissional, não havendo muito espaço para debate de valores e conflitos sociais. Roberto Lyra Filho demonstra que:

[...] se o Direito é reduzido à pura legalidade, já representa a dominação ilegítima, por força desta mesma suposta identidade; e este “Direito” passa, então, das normas estatais, castrado, morto e embalsamado, para o necrotério duma pseudociência, que os juristas conservadores, não á toa, chamam de “dogmática”. Uma ciência verdadeira, entretanto, não pode fundar-se em “dogmas”, que divinizam as normas do Estado, transformam essas práticas

---

<sup>31</sup> Idem, p. 58 e 59.

pseudocientíficas em tarefa de *boys* do imperialismo e da dominação e degradem a procura do saber numa ladainha de capangas inconscientes ou espertos.<sup>32</sup>

Assim, há um desafio atual em permitir que os alunos pensem o Direito, reflitam sobre suas atividades e suas consequências, sem que engulam as exposições feitas em salas de aulas, mas tenham consciência de suas funções no meio que vivem e dos resultados de seus atos profissionais.

### **1.3 Breves comentários a respeito da Portaria do MEC nº 1.886/94**

A OAB tem desenvolvido, há vários anos, diversas pesquisas e estudos a respeito do ensino jurídico brasileiro, o que tem gerado grande polêmica por ser a OAB uma entidade de classe e, portanto, uma “entidade de cunho explicitamente corporativo”<sup>33</sup>. Contudo, o art. 54, XV, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94), aponta como competência do Conselho Federal da OAB “colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e opinar, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos”. Tal dispositivo é regulado pelo Decreto nº 3.680/01, e, em seu art. 28, define que:

A criação e o reconhecimento de cursos jurídicos em instituições de ensino superior, inclusive em universidades e centros universitários, deverão ser submetidos à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

São inúmeras as críticas sobre a atuação da OAB em relação ao ensino jurídico, porém, não é possível afastar a importante tarefa que a instituição vem cumprindo ao longo desses anos, possibilitando a reflexão da crise acadêmica. Diversos trabalhos tem sido desenvolvidos, entre eles, regulamentações, publicação de livros, seminários e o OAB Recomenda, em que são divulgadas, a cada três anos, listas com o nome das instituições que possuem melhor índice de qualidade de ensino jurídico.

Um considerável salto no quadro do ensino jurídico foi a edição da Portaria do MEC nº 1.886/94, fruto de estudos de profissionais dedicados ao tema, em que a Comissão de

<sup>32</sup> LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 10 e 11.

<sup>33</sup> SANTOS, André Luiz Lopes dos. Ob. cit., 2002, p. 84.

Ensino Jurídico da OAB e a Comissão de Especialistas de Ensino Jurídico do MEC tomaram frente dessas pesquisas. Assim, André Luiz Lopes dos Santos observa que:

[...] as profundas transformações experimentadas pela sociedade brasileira, desde então – por força das quais novas e diferentes exigências começaram a surgir, inclusive no tocante ao tipo de profissional do Direito a ser preparado pelas faculdades – e, ainda, a proliferação desenfreada de cursos jurídicos país afora, acabaram por revelar a necessidade de uma readequação curricular, o que se deu por meio da Portaria nº 1.886/94, do MEC.<sup>34</sup>

A Portaria surge com o objetivo de determinar metas e padrões para os cursos jurídicos, fixando, entre outras coisas, o número mínimo de horas em que os cursos serão ministrados, a obrigatoriedade de atividades complementares, a manutenção de um acervo bibliográfico mínimo, o conteúdo curricular mínimo, a obrigatoriedade de apresentação e defesa de monografia e a obrigatoriedade do estágio de prática jurídica supervisionado. Busca-se, então, indicar novos caminhos para a mudança do diagnóstico da formação dos alunos de Direito, visto que:

[...] as novas diretrizes curriculares constituem um ponto de partida. Seus relevantes objetivos apenas serão alcançados se houver o compromisso consciente de todos os que se envolvem na formação do profissional do Direito e fora das instituições de ensino.<sup>35</sup>

Tal regulamentação veio como uma resposta mais intensa frente à situação do ensino jurídico e o retrato dos formandos, que se mostrava, e ainda se mostra, em muitos casos, desafinada com os avanços do mundo contemporâneo. Todavia, são apenas parâmetros para que as faculdades de Direito possam se espelhar e é importante lembrar que somente as normas não são suficientes para gerar mudanças, mas também ações, cabendo agora a cada instituição de ensino tornar factíveis as previsões feitas na portaria com o fim de proporcionar a adequada formação de profissionais jurídicos e, mais importante, reconhecer a real necessidade dessas mudanças, querendo realmente que elas ocorram.

A Portaria 1.886/94 do MEC foi, sem dúvida, um grande marco no quadro geral do ensino jurídico, levando a progressos na formação dos universitários e possibilitando

---

<sup>34</sup> Idem, p. 44.

<sup>35</sup> LIMA, Ernando Uchoa. Apresentação. In: **OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996, p. 5 e 6.

também a busca por futuras melhorias para os novos estudantes. Esperando-se que, em breve, as características ora dominantes sejam apenas memórias.

Seguidamente a citada portaria vieram outros regulamentos também sobre o tema, são eles: Portaria 5/95 do Conselho Federal da OAB, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para a manifestação da OAB nos pedidos de criação e reconhecimento dos cursos jurídicos; Resolução 9/04 do MEC, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito e outras providências; Portaria 1.874/05 do MEC, que dispõe sobre a política de supervisão dos cursos jurídicos; Decreto 5.773/06 da Presidência da República, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino; Portaria 147/07 do MEC, que dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina; Portaria 927/07 do MEC, que aprova o instrumento de avaliação para autorização de cursos de graduação em Direito do sistema nacional de avaliação da educação superior; Instrução Normativa 1/08 do Conselho Federal da OAB, que regulamenta, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, os procedimentos e critérios para manifestação da Comissão Nacional de ensino jurídico acerca de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas para o curso de graduação em Direito<sup>36</sup>.

#### **1.4 O estudante de Direito e sua função no meio social**

O Direito, ao ser entendido como Ciência, pode ser, dentre diversos entendimentos, “o estudo e a compreensão das normas postas pelo Estado ou pela natureza do Homem”<sup>37</sup>. O conceito apresentado é o que toma a consciência de muitos, que encaram o Direito como o mero estudo das leis. Inclusive, os próprios estudantes, mesmo quando já cursaram várias matérias, possuem essa visão restrita das Ciências Jurídicas e, quando questionados a respeito, tem dificuldades em conceituar o que seria o Direito.

O conceito de Direito é alvo de muitos debates, mas o importante é perceber a imagem que o curso tem no senso comum, como, tão somente, o estudo das normas oficiais

---

<sup>36</sup> Essas regulamentações a respeito do ensino jurídico podem ser consultadas no endereço eletrônico da OAB. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/arquivos/pdf/LegislacaoOab/LegislacaosobreEnsinoJuridico.pdf>>. Acesso em: 15 de fev. 2011.

<sup>37</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 9.

impostas pelo Estado e suas aplicações em processos. A visão das Ciências Jurídicas tem o conceito restrito no pensamento de muitos e, pior, no pensamento dos estudantes, que realizam todo o curso acreditando nessa afirmativa e se limitando a esse estudo apenas.

A função do Direito como veículo libertador, de cidadania, de busca de justiça e igualdade tem sido esquecida por muitos estudantes, que se limitam ao estudo da norma por si só e não relacionam, se quer, a lei com a própria sociedade, que é sua origem, seu espelho, sua razão de ser.

Muitos questionam se não seria realmente apenas essa a função do profissional do Direito, o de estudar, interpretar e aplicar as leis. Contudo, percebendo o próprio campo de atuação dos profissionais é possível notar facilmente a diversidade que existe. Na área prática há teses de advogados sobre uma mesma lei que defendem posições distintas, há debates em tribunais para decidir sobre a forma de aplicação das leis, há jurisprudência que entende de diversas formas um mesmo tema, veja, por exemplo, no próprio processo a existência dos embargos de divergência, que é o recurso adequado para que o tribunal decida sobre casos semelhantes que tiveram interpretações diversas. Além de estudos acadêmicos, que desenvolvem doutrinas com tendências a todo tipo de teorias e interpretações, que permitem ver o Direito como a manifestação de valores a determinadas situações.

A lei não é algo pronto e acabado, é apenas um passo, que antecede vários outros. O operador do direito tem em suas mãos possibilidades infinitas, que muitos não percebem, possibilidades de direcionar as relações sociais, de defender um direito em detrimento de outros, de apresentar um comportamento como o mais adequado para tal situação.

O Direito se relaciona diretamente com o poder, com a capacidade de transformar ou conservar as relações sociais. Essa visão, entretanto, está distante da percepção de grande parte dos alunos, que se comportam como máquinas, que recebem, registram e repassam o conhecimento, não se permitindo elaborar críticas, questionamentos, diferentes percepções, se limitando apenas a repetir o que já é feito. Conforme Roberto A. R. de Aguiar:

O resultado dessa mentalidade da maioria dos estudantes e da deformação medíocre de grande parte dos cursos é soltarmos no mundo do trabalho verdadeiras geléias em termos de cidadania e presença na sociedade. São pessoas que tendem a ser apática diante das dores do próximo e das injustiças

que medram em nossa sociedade. Conduzindo-se assim, podemos perguntar: para que operadores jurídicos na sociedade?<sup>38</sup>

Esses estudantes deixam as faculdades quase que da mesma maneira como entraram ou, quem sabe, piores, com conhecimentos superficiais sobre o Direito, sobre o meio em que está inserido, sobre cidadania e justiça. Realizam um trabalho técnico, sem a noção de como o trabalho jurídico se relaciona com a coletividade, baseando sua atuação profissional na reprodução de leis e precedentes de tribunais somente. Para muitos, não há a percepção de que a questão se trata de direitos de pessoas, não se questionam a respeito das consequências práticas e reais de suas atitudes, sem refletir sobre suas ações, apenas realizam o trabalho da forma exata como foram treinados.

O aprendizado do Direito deve ser permeado pela reflexão para que possa, assim, garantir a busca de meios de convivência que se identifiquem com a sociedade, com seus anseios, suas necessidades. Nesse sentido, Roberto Lyra Filho afirma que:

O Direito autêntico e global não pode ser isolado em campos de concentração legislativa, pois indica os princípios e normas libertadores, considerando a lei um simples acidente no processo jurídico, e que pode, ou não, transportar as melhores conquistas.<sup>39</sup>

Assim, o Direito não se restringe ao que está definido em lei, cabendo ao profissional perceber a ligação entre o ordenamento e os acontecimentos, as tendências e as transformações sociais.

### **1.5 O estudante de Direito e a importância da formação crítica**

Ao observar o perfil dos profissionais que deixam as universidades de Direito rumo ao mercado de trabalho, percebe-se que muitos deles possuem uma formação extremamente técnica, ligada somente à compreensão e conhecimento parcial de leis, sem nenhum pensamento inovador sobre seu objeto de trabalho e as formas de executá-lo. Encontra-se aqui o ponto central do conflito: como um profissional com tais características poderá atender às demandas sociais que se encontram em constante movimento?

---

<sup>38</sup> AGUIAR, Roberto A. R. de. Ob. cit., 2004, p. 208.

<sup>39</sup> LYRA FILHO, Roberto. Ob. cit., 1999, p. 10.



A realidade jurídica tem se tornado cada vez mais diversificada, nascendo novas questões a cada minuto, retratando uma coletividade com novas necessidades em contextos cada vez mais inusitados. Até mesmo questões antigas, que um profissional pode considerar totalmente dominada em relação a qualquer uma de suas derivações, estão em alternância constante, pois as relações interpessoais são derivadas de valores, que pautam as condutas entre os homens, e que se renovam a cada geração que vem integrar as redes sociais.

Daí a exigência de um profissional em equilíbrio com seu meio, que esteja em contínua atualização, acompanhando as mudanças do contexto que o cerca, se possível, sempre com o pensamento um passo a frente. Com relação a essa necessidade é que a formação do pensamento crítico se torna tão crucial.

No âmbito das universidades, a pesquisa é um veículo para esse exercício inovador, já que permite certa autonomia ao estudante, que se desprende da leitura mecânica de leis e de doutrinas levando-o a elaboração de novas conclusões sobre o que é exposto em aula, permitindo, também, diversas visões sobre um mesmo assunto. José Geraldo de Souza Junior diz que:

A pesquisa abre a visão sobre a crise do Direito, iluminando a reflexão acerca de suas determinações, enquanto forma o novo tipo de jurista capaz de empreender, para superar a distância que separa o conhecimento do Direito, de sua realidade social, política e moral, a edificação de pontes sobre o futuro, através das quais transitam os elementos de uma nova teoria do Direito e de um novo modelo de ensino jurídico.<sup>40</sup>

O estímulo à pesquisa planta no profissional a semente da reflexão, levando à formação de sua consciência jurídica e a percepção de sua função no contexto social, que vai muito além do mero conhecimento das normas, mas ao questionamento sobre elas e suas diversas potencialidades. Sobre o tema, Roberto A. R. de Aguiar:

É evidente que um profissional de qualquer área deve conhecer bem as técnicas de seu saber. Mas as técnicas se transformam, se abrem para novas dimensões, a partir das mudanças e demandas da sociedade e das rotações de paradigmas que

---

<sup>40</sup> SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Ensino jurídico: pesquisa e interdisciplinaridade. In: **OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996, p. 93.

vão sendo procedidas na história. A técnica não se confunde com dogma: ela é, por sua essência, mutável.<sup>41</sup>

Até mesmo pela diversidade de relações e necessidades sociais, há espaço no mercado profissional para todo tipo de formação. Contudo, a formação que aqui nos interessa é a que possibilite respostas consistentes e de avanço para a convivência coletiva e não as soluções conformistas, que levam à manutenção de valores ultrapassados e em desacordo com as novas necessidades do mundo contemporâneo. Ainda conforme o que defende Roberto A. R. de Aguiar:

É impossível o exercício eficaz da advocacia sem a procura de uma consciência crescente de si, dos outros, do mundo, da história e do Cosmos. Não adiante sermos bons técnicos, com valores definidos, mas ignorando nosso interior, a vida, necessidades e características dos outros, o que esta acontecendo com o mundo, quais as tendências da história, do Direito, dos saberes que procuram dar sentido para a vida e para a natureza. As faculdades de Direito não podem ser (sic) cingir a fornecer noções aguadas de técnicas normativas. Elas devem dialogicamente construir instrumentais que propiciem um aumento de consciência de seus discentes, a fim de que eles sejam minimamente aptos para entender o contexto onde vão operar e o sentido de sua ação no mundo.

A alienação dos advogados é uma perda para a sociedade, pois eles são representantes da cidadania e devem, por imperativo de sua profissão, ter, mais que outros, a consciência aguçada, a interpretação mais consistente, a visão global mais lúcida, sob pena de irem se esvaindo na história e se tornando amanuenses de segunda linha, que não mais colocam as mãos nos problemas candentes e cruciais que geram as transformações na sociedade.<sup>42</sup>

Percebe-se, então, a estreita ligação entre o pensamento crítico e o profissional da área jurídica como figura social garantidora da cidadania. A formação do estudante deve buscar a constante atualização, tanto das leis, quanto dos acontecimentos do mundo, deve estar atento às contínuas mudanças e às novas exigências sociais. É importante discutir as ideias e não apenas incorporá-las. O profissional deve ser um eterno aprendiz, que possui conhecimentos consolidados, mas, ao receber novas informações, é preciso que esteja aberto para as mudanças que elas possam ocasionar, pois podem ao mesmo tempo agregar conhecimentos ou desconstruí-los.

Para que o pensamento crítico seja desenvolvido, tanto os educadores quanto os estudantes devem provocar a discussão, o questionamento, o debate, e não apenas realizar um

<sup>41</sup> AGUIAR, Roberto A. R. de. A contemporaneidade e o perfil do advogado. In: **OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996, p. 130.

<sup>42</sup> Idem, p. 131 e 132.

estudo mecânico e superficial, pois outras possibilidades existem e devem ser observadas e consideradas. O debate no âmbito universitário permite a busca pelos fins das Ciências Jurídicas com mais sentido, impedindo a formação de um curso de leis e garantindo a formação de um curso de Direito.

O debate deve estar sempre presente nas salas de aula, é preciso que os estudantes percebam a ligação direta entre suas atividades e as relações sociais. O questionamento a respeito de dilemas travados no momento deve figurar o diálogo entre os professores e os alunos, para que a reflexão sobre os acontecimentos, a lei e a atuação do profissional seja uma realidade.

Enfim, a formação jurídica deve buscar a formação do profissional do Direito, mas também a formação de um profissional da sociedade, um profissional do mundo, que nunca pode deixar de ser aluno, devendo estar sempre atento à realidade e às mudanças sociais. Assim, no próximo capítulo, será desenvolvida uma análise com o objetivo de mostrar como a literatura realizada na universidade pode proporcionar uma formação mais contextualizada do profissional da área jurídica, contribuindo para a formação crítica.

## Capítulo II

### Um estudo do princípio da igualdade e dos fins da pena na literatura jurídico-penal brasileira

Este capítulo será elaborado com o objetivo de ilustrar o debate desenvolvido na primeira parte desta pesquisa, apresentando um estudo a respeito de um dos aspectos que perpetua a formação dogmática, descontextualizada e unidisciplinar: a literatura consultada pelos estudantes durante a graduação, quais aspectos abordados por essas doutrinas e sua capacidade de formação do pensamento crítico.

Para tanto, será desenvolvido um comparativo entre a visão da doutrina penal tradicional<sup>43</sup> e da doutrina penal crítica<sup>44</sup> levando em conta o desenvolvimento teórico que cada uma dessas doutrinas apresenta a respeito, especificamente, do princípio da igualdade e dos fins da pena. A opção por esses dois tópicos particulares se deu em razão de sua relevância para todo o sistema penal, sendo que, o princípio da igualdade é de grande valor não somente para o Direito Penal, mas, também, para toda a ordem constitucional brasileira, sendo um princípio fundamental para o Estado Democrático de Direito. Enquanto a discussão sobre os fins da pena possui aspecto fundamental dentro do contexto de todo o estudo do Direito Penal, que é, essencialmente, um

---

<sup>43</sup> Entende-se por doutrina penal tradicional as literaturas jurídico-penais utilizadas com maior frequência pelos estudantes no decorrer do curso universitário e as mais conhecidas no meio acadêmico. Neste caso, os manuais de Direito Penal. Para dar alguns exemplos: BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010; CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral, volume 1. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010; COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Curso de Direito Penal**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010; GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009; JESUS, Damásio. **Direito Penal**: parte geral. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2010; MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010; PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: volume 1. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010; QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal**: parte geral. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

<sup>44</sup> Entende-se por doutrina penal crítica as literaturas jurídico-penais que apresentem uma visão questionadora sobre os diversos aspectos do Direito Penal e sua aplicação, em especial, se identifica com a Criminologia Crítica, que é a área de estudo penal que se dedica a análise dos “processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionadas com o comportamento desviante; os processos de infração e de desvio destas normas; e a reação social, formalizada ou não, que aquelas infrações ou desvios tenham provocado: o seu processo de criação, a sua forma e conteúdo e os seus efeitos”, sempre sob uma perspectiva crítica e reflexiva. (ANYIAR DE CASTRO, Lola. Ob. cit., 1983, p. 53).

direito punitivo, sendo, portanto, um direito de penalidade, desde a conceituação da conduta reprovável até a aplicação da pena.

Busca-se, então, demonstrar a importância do pensamento crítico na formação acadêmica do estudante de Direito para a construção de um profissional cidadão, pensante, e questionador de seus próprios atos e do que lhe é ensinado.

## **2.1 A influência da literatura no meio acadêmico**

A leitura feita pelos estudantes ao longo da graduação certamente possui grande influência na formação de seus pensamentos. Os livros consultados direcionam os estudos, fazendo com que os argumentos apresentados pelos autores se incorporem, total ou parcialmente, ao aprendizado dos alunos. Mas de toda forma, é incontestável a importância do que é lido e da qualidade do que é lido. A informação que chega ao estudante o permite enxergar pontos de vista, formar opiniões, fundamentar argumentos, desenvolver teorias etc.

Dentre infinitas possibilidades, uma leitura pode abordar um tema sob uma única perspectiva, não trazendo outras tantas discussões a respeito, o que não é desinteressante, mas, insuficiente. Uma leitura diversificada possibilita uma visão mais completa, levando à reflexão sobre o tema em debate e permitindo que o aluno pense sobre o objeto de estudo, evitando que o universitário apenas compartilhe das opiniões apresentadas por um autor, mas forme seus próprios posicionamentos sobre o assunto, enxergando o debate que existe ao seu redor.

Neste contexto, o estudo do Direito, como já discutido no capítulo anterior, tem se tornado cada vez mais isolado, dogmático e restrito ao que a lei determina, tais características acabam por compor, também, parte da literatura jurídica, que desenvolve seus textos abordando as leis de forma positivista e dogmática, sem que nenhum ou pouquíssimo debate seja realizado. Em geral, não há discussão a respeito da norma, sua criação, sua aplicação, sua influência no meio, seus fins, seus valores etc., mas somente a apresentação da norma, sua forma de interpretação e, algumas vezes, a orientação jurisprudencial de tribunais no momento.

O Direito, bem como a sociedade, se transforma a cada instante. Ao longo da história dos homens, são mudadas as formas de comportamentos sociais, as tradições, os valores,

os costumes, as formas de organização política, de organização da justiça, por essa razão é que a transformação, que sempre ocorre, deve permear, também, o estudo jurídico. Se não, por qual motivo poderíamos acreditar que chegamos ao topo, que o sistema jurídico atual não mudaria mais, que alcançamos o seu ápice e que nada mais poderia ser alterado? Por qual motivo acreditaríamos que agora nos resta apenas aprender e seguir o que a lei define?

Infelizmente, essa ideia de imutabilidade é transmitida pelo estudo do Direito quando descontextualizado, dogmático e unidisciplinar, e também por alguns livros de doutrina jurídica, apresentando uma noção de um conhecimento acabado, pronto para ser aplicando eternamente.

A leitura, como um dos meios que influencia a construção do pensamento do estudante, deve ser observada com muita atenção pelas instituições de ensino juntamente com o próprio estudante. Na graduação, a literatura a ser feita é escolhida, normalmente, com base nas indicações dos professores e nas indicações bibliográficas apontadas pelas ementas de cada disciplina, sendo, portanto, possível ter uma noção a respeito de quais literaturas são mais procuradas pelos estudantes com base na análise das ementas dos cursos, verificando-se os apontamentos bibliográficos feitos nos programas de cada matéria, neste caso, das disciplinas de Direito Penal<sup>45</sup>.

## **2.2 A literatura jurídico-penal apresentada pela doutrina tradicional**

### **2.2.1 A discussão a respeito do princípio da igualdade no Direito Penal**

No nosso atual modelo de Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal declara alguns princípios expressa e implicitamente que devem ser observados em todos os ramos do Direito. No caso do Direito Penal, que pode ser conceituado como “a parte do ordenamento jurídico que define as infrações penais (crimes e contravenções) e comina as

---

<sup>45</sup> Com a finalidade de orientar a seleção das bibliografias aqui abordadas, foi feita uma análise dos planos de ensino das matérias de Direito Penal do Centro Universitário de Brasília – UniCeub e da Universidade de Brasília – Unb, que constam em anexo à pesquisa. Além disso, foram acrescentadas algumas outras literaturas, apenas com o objetivo de melhor abordar o debate em questão.

respectivas sanções (penas e medidas de segurança)”<sup>46</sup>, também existe, por óbvio, a submissão ao que defende a Constituição Federal, sobre o assunto, Cezar Roberto Bitencourt diz que:

Poderíamos chamar de princípios reguladores do controle penal princípios constitucionais fundamentais de garantia do cidadão, ou simplesmente *de princípios fundamentais de Direito Penal de um Estado Social e Democrático de Direito*. Todos esses princípios são de garantias do cidadão perante o poder punitivo estatal e estão amparados pelo novo texto constitucional de 1988 (art. 5º).<sup>47</sup> (grifo no original)

Sobre a igualdade jurídica, a Constituição Federal declara expressamente, no *caput* do seu art. 5º, o princípio da igualdade<sup>48</sup>, afirmando que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Tal princípio se transfere, obrigatoriamente, para todos os outros ramos do Direito e para todo seu campo de execução, devendo a lei ser aplicada de forma igualitária para todos os homens. A igualdade deve ser atendida, também, na aplicação da lei penal em todas suas esferas, pois “os princípios penais constituem o núcleo *essencial* da matéria penal”<sup>49</sup> (grifo no original).

O direito do Estado de aplicar a punição penal (*jus puniendi*) ao infrator da norma nasce com a prática do delito e não pode ocorrer de forma infundada e em desconformidade com as previsões normativas, devendo ser obedecido o determinado em lei no momento da aplicação do Direito Penal, levando-se em conta, portanto, os preceitos fundamentais fixados na Constituição Federal. Nesse sentido, Fernando Capez diz que:

<sup>46</sup> QUEIROZ, Paulo. Ob. cit., 2008, p. 3.

<sup>47</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 40.

<sup>48</sup> Em relação ao princípio da igualdade, “dúvida não padece que, ao se cumprir uma lei todos os abrangidos por ela hão de receber tratamento parificado, sendo certo, ainda, que ao próprio ditame legal é interdito deferir disciplinas diversas para situações equivalentes. [...] Demais disso, para desate do problema é insuficiente recorrer à notória afirmação de Aristóteles, assaz de vezes repetida, segundo cujos termos a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, restando, pois, definir e identificar, tanto na elaboração quanto na aplicação da lei, “quem são os iguais e quem são os desiguais”. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 10 e p. 11, respectivamente). Para que seja dispensado tratamento igualitário aos homens é preciso reconhecê-los em suas diferenças, “a igualdade obviamente não exclui a diversidade. A igualdade significa o reconhecimento de que, não obstante cada indivíduo tenha características pessoais que o fazem único e diverso de todos os demais”. (KARAM, Maria Lúcia. **Escritos Sobre a Liberdade**: Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 5).

<sup>49</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: volume 1. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 139.

Sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, por reflexo, seu direito penal há de ser legítimo, democrático e obediente aos princípios constitucionais que o informam, passando o tipo penal a ser uma categoria aberta, cujo conteúdo deve ser preenchido em consonância com os princípios derivados deste perfil político-constitucional.<sup>50</sup>

A ação punitiva do Estado deve sempre ater-se às normas principiológicas que garantam a legitimidade da punição, agindo de forma igualitária nos diversos casos de incidência da norma penal. Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Fabbrini defendem que:

[...] sendo o crime um fato que lesa direitos do indivíduo e da sociedade, cabe ao Estado reprimi-lo com o exercício do *jus puniendi*. O direito subjetivo de punir, entretanto, não é ilimitado, vinculando-se o Estado ao direito objetivo, tanto na imputação, circunscrita aos fatos típicos, como nas penas a serem aplicadas. Além disso, para exercitar o direito de punir é necessário que haja processo e julgamento, já que não pode o Estado impor, arbitrariamente a sanção.<sup>51</sup>

A concretização da norma penal deve observar, portanto, os princípios basilares da ordem constitucional brasileira, como é o caso do princípio da igualdade, que se mostra fundamental em toda a aplicação das normas penais, pois “todos são iguais perante a lei penal (Const. Federal, art. 5º, *caput*), não podendo o delinquente ser discriminado em razão de cor, sexo, religião, raça, procedência, etnia etc”<sup>52</sup>. Logo, o direito de punir do Estado não pode ser aplicado de modo arbitrário e desigual, não havendo a possibilidade de a norma ser destinada majoritariamente a um determinado grupo social, mas deverá alcançar indistintamente todos os que infringirem uma lei penal, isto é, “esse direito de punir (ou poder-dever de punir), titularizado pelo Estado, é genérico e impessoal porque não se dirige especificamente contra esta ou aquela pessoa, mas destina-se à coletividade como um todo”<sup>53</sup>, mesmo porque a atividade penal realizada pelo Estado não é um poder limitado, pois, conforme Luiz Reis Prado:

O exercício de direito estatal de punir se manifesta no momento de criação e promulgação das leis e no de sua aplicação aos casos concretos. Assim, há limites impostos pelo Estado de Direito que atuam na construção do sistema penal positivo e na aplicação e execução das sanções penais.<sup>54</sup>

<sup>50</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral, volume 1.14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 25.

<sup>51</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 357.

<sup>52</sup> JESUS, Damásio. **Direito Penal**: parte geral. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 54.

<sup>53</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 43.

<sup>54</sup> PRADO, Luiz Regis. Ob. cit., 2010, p. 139.



Deste modo, a lei determinará a pena cabível aos que infringirem as normas, devendo o Estado aplicar a penalidade prevista por meio do processo judicial adequado, garantindo que a pena seja aplicada observando a equidade entre os indivíduos, pois não poderá ser condenado quem não for submetido ao processo judicial em conformidade com os preceitos legais, isto é, “se o Estado tem o *jus puniendi*, o cidadão tem o direito subjetivo de liberdade, que consiste em não ser punido senão de acordo com as normas ditadas pelo próprio Estado”<sup>55</sup>. A aplicação da lei penal pelo Estado deve, então, corresponder às exigências normativas para que possa ser entendida como legítima e, portanto, justa.

### 2.2.2 A discussão a respeito dos fins da pena no Direito Penal

Para a doutrina tradicional, a pena pode ser entendida como uma “consequência natural imposta pelo Estado quando alguém pratica uma ação penal”<sup>56</sup>, que terá o objetivo de retribuir a ação negativa ao indivíduo infrator, de evitar o cometimento de novos crimes e de reeducar o delinquente, ou seja, a pena é:

Sanção penal de caráter aflitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem jurídico, cuja finalidade é aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua readaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade.<sup>57</sup>

Deste modo, a pena nasce com a finalidade de regular o convívio em sociedade, sendo uma resposta do Estado a ações que considere por lei incriminadoras, procurando defender os bens jurídicos entendidos como fundamentais dentro do meio social, como a vida e a integridade física, nas palavras de Cezar Roberto Bitencourt:

É quase unânime, no mundo da Ciência Penal, a afirmação de que a pena justifica-se por sua necessidade. Muñoz Conde acredita que sem a pena não seria possível a convivência na sociedade de nossos dias. A pena constitui um recurso elementar com que conta o Estado e ao qual recorre, quando necessário, para tornar possível a convivência entre os homens.<sup>58</sup>

Assim, a pena deve buscar, com esse objetivo de regular a convivência dos homens em sociedade, alguns fins específicos, que, de acordo com a doutrina penal tradicional,

<sup>55</sup> JESUS, Damásio. Ob. cit., 2010, p. 49.

<sup>56</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009, p. 485.

<sup>57</sup> CAPEZ, Fernando. Ob. cit., 2010a, p. 384 e 385.

<sup>58</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Ob. cit., 2010, p. 514.

podem ser definidos por três teorias: a) teoria absoluta ou da retribuição, que tem como objetivo aplicar uma punição a quem comete um delito penal, sendo a pena uma “retribuição do mal injusto, praticado pelo criminoso, pelo mal justo previsto no ordenamento jurídico”<sup>59</sup>, ou seja, “pressupondo o cometimento de um mal ou algo que assim se supõe (o delito), a pena constitui, em essência, uma retribuição, um castigo”<sup>60</sup>; b) teoria relativa, finalista ou da prevenção, em que a pena é vista como “instrumento preventivo de garantia social para evitar a prática de delitos futuros”<sup>61</sup>, realizando tanto a prevenção geral quanto a especial, sendo a prevenção geral a destinada a toda a coletividade e identificada como “intimidação – temor infundido aos possíveis delinquentes, capaz de afastá-los da prática delitiva”<sup>62</sup>, enquanto a prevenção especial se destina diretamente ao infrator e ocorre quando a pena tem o fim de “readaptação e segregação sociais do criminoso como meios de impedi-lo de voltar a delinquir”<sup>63</sup>; e c) teoria mista ou unificadora, que busca “conciliar a exigência de retribuição jurídica da pena – mais ou menos acentuada – com os fins da prevenção geral e da prevenção especial”<sup>64</sup>, sendo a junção em um mesmo conceito dos diferentes fins da pena previstos nas outras duas teorias.

No caso do Direito Penal brasileiro<sup>65</sup> “podemos concluir pela adoção, em nossa lei penal, de uma teoria *mista ou unificadora* da pena”<sup>66</sup> (grifo no original), em que se deve buscar garantir, ao mesmo tempo, seu fim retributivo, respondendo ao mal causado pelo delito, e seu fim preventivo, evitando o cometimento de futuros delitos e possibilitando a reeducação do indivíduo infrator para que não cometa novos crimes. Deste modo, “impõe reconhecer que a adoção de uma teoria unitária da pena coaduna-se, de modo incontestado, com as exigências de um

<sup>59</sup> CAPEZ, Fernando. Ob. cit., 2010a, p. 385.

<sup>60</sup> QUEIROZ, Paulo. Ob. cit., p. 311.

<sup>61</sup> PRADO, Luiz Regis. Ob. cit., 2010, p. 504.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>63</sup> CAPEZ, Fernando. Ob. cit., 2010a, p. 385.

<sup>64</sup> PRADO, Luiz Regis. Ob. cit., 2010, p. 509.

<sup>65</sup> O artigo 59 do Código Penal define que “o juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas [...]”, assim, conforme a parte final do dispositivo, deverá ser aplicada pena proporcional ao delito cometido, sendo a pena necessária e suficiente para a retribuição e para a prevenção do crime. Além disso, a exposição de motivos da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) apresenta, em seu item 14, como um dos objetivos da aplicação da lei, que “as penas e medidas de segurança devem realizar a proteção dos bens jurídicos e a reincorporação do autor à comunidade”, devendo a pena buscar também a ressocialização do condenado.

<sup>66</sup> GRECO, Rogério. Ob. cit., 2009, p. 491.

Estado Democrático e social de Direito, na medida em que fornece sólido amparo à necessidade de proporcionalidade dos delitos e das penas”<sup>67</sup>.

Ainda, cabe destacar que a pena, em sua aplicação ao caso concreto, deverá ser quantificada de modo suficiente para garantir seus fins, buscando ser justa e proporcional, não podendo ser arbitrariamente imposta. Para Luiz Regis Prado:

A pena – espécie do gênero sanção penal - encontra sua justificação no delito praticado e na necessidade de evitar a realização de novos delitos. Para tanto, é indispensável que seja justa, proporcional à gravidade do injusto e à culpabilidade de seu autor, além de necessária à manutenção da ordem social.<sup>68</sup>

Além disso, cabe reafirmar que na prevenção geral o “fim intimidativo da pena dirige-se a todos os destinatários da norma penal, visando a impedir que os membros da sociedade pratiquem crimes”<sup>69</sup>, por outro lado, a prevenção especial “visa o autor do delito, retirando-o do meio social, impedindo-o de delinquir e procurando corrigi-lo”<sup>70</sup>, isto é, “a pena é intimidação para todos, ao ser cominada abstratamente, e para o criminoso, ao ser imposta no caso concreto”<sup>71</sup>. Portanto, a pena não se destina a alguém especificamente, mas a toda a sociedade, buscando garantir seu fim de prevenção, e, no caso de uma condenação penal específica, buscando retribuir o dano causado, prevenir novos crimes e ressocializar o indivíduo apenado.

Assim, a pena é “sanção penal, voltada a todos os cidadãos”<sup>72</sup> e possui a finalidade de garantir a segurança social e o convívio pacífico em coletividade ao atribuir uma punição a quem venha a infringir a lei, prevenindo, assim, o cometimento de novos crimes e possibilitando a recuperação do condenado e sua ressocialização, permitindo que ele tenha condições de retornar ao convívio social.

---

<sup>67</sup> PRADO, Luiz Regis. Ob. cit., 2010, p. 512.

<sup>68</sup> Idem, p. 510.

<sup>69</sup> JESUS, Damásio. Ob. cit., 2010, p. 563.

<sup>70</sup> Idem, ibidem.

<sup>71</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. Ob. cit., 2010, p. 231.

<sup>72</sup> COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Curso de Direito Penal**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 189.

### 2.2.3 Primeiros questionamentos sobre a visão apresentada pela doutrina penal tradicional

A doutrina penal tradicional, em suma, apresenta seus estudos a respeito da lei penal de forma restrita ao que é definido na norma, possibilitando uma noção idealizada do Direito Penal, isto é, são elaborados estudos que passam a visão das normas como deveriam ser, esquecendo-se de que, quando sua aplicação depende da atuação humana, o dever ser não coincide, quase sempre, com o ser. Esquecem-se que quando a interpretação e aplicação das normas dependem dos homens não haverá uniformidade, pois os homens são naturalmente diferentes<sup>73</sup>, pensam de modo diferente, possuem interesses e valores diferentes, levando, conseqüentemente, a uma aplicação diferente das normas. Ainda que a imparcialidade<sup>74</sup> seja uma determinação legal, não podemos esquecer que os homens são homens, e não máquinas programáveis, são humanos que, muitas vezes, fogem às regras.

Quando a igualdade é apresentada como um princípio definido em lei que é de fato observado na prática jurídica, diversos questionamentos são deixados de lado, dando uma aparência ao sistema penal que não corresponde a sua realidade. A lei define a sua aplicação de forma igual para todos, contudo, sua aplicação não é igualitária, os direitos são administrados de

---

<sup>73</sup> Roque de Barros Laraia afirma que “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. [...] Resumindo, todos os homens são dotados do mesmo equipamento anatômico, mas a utilização do mesmo, ao invés de ser determinada geneticamente (todas as formigas de uma dada espécie usam os seus membros uniformemente), depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo.” Nesse sentido, os homens formam suas convicções, seus valores, sua moral em razão de sua cultura, que é aprendida no meio em que vivem, aprendendo o que é certo, o que se deve fazer e como agir. Deste modo, “o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como conseqüência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural”. Assim, o fato de o homem inserido em uma determinada cultura acreditar que a forma como age seria a forma mais correta leva a choques e conflitos entre diferentes formas de ver o mundo. O importante é perceber que dentro de uma mesma sociedade diversas subculturas existem, pequenos grupos que possuem seus padrões específicos de comportamento, acreditando em sua moral como a correta, portanto, “o costume de discriminar os que são diferentes, por que pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade”. E, em geral, as “práticas de outros sistemas culturais são catalogados como absurdas, deprimentes e imorais”. (LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 68, 72 e 74, respectivamente).

<sup>74</sup> A imparcialidade é consagrada pelo princípio do juiz natural e tem seu embasamento legal na Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXVII - “não haverá juízo ou tribunal de exceção” - e inciso LIII - “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. Para Fernando Capez, “o juiz situa-se na relação processual entre as partes e acima delas (caráter substitutivo), fato que, aliado à circunstância e que ele não vai ao processo em nome próprio, nem em conflito de interesses com as partes, torna essencial a imparcialidade do julgador”. (CAPEZ, Fernando. Ob. cit., 2010b, p. 62). Para Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Fabbrini, o princípio do juiz natural determina que “o autor do ilícito só pode ser processado e julgado perante o órgão a que a Constituição Federal, implícita ou explicitamente, atribui a competência para o julgamento”. (MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. Ob. cit., 2007, p. 29).

uma forma diferenciada para cada parte do grupo social e, em tais manuais, a discussão a respeito da aplicação da lei penal se restringe a apontar a necessidade de obediência aos princípios estabelecidos constitucionalmente, como é o caso do princípio da igualdade, passando a ideia de que esses princípios são realmente observados na aplicação do Direito Penal, já que o comparativo entre as determinações legais e a atuação prática não ocorre.

A respeito da discussão sobre as finalidades da pena, é formado um pensamento de uma real intenção de concretizar o que está previsto na norma, levando a crer que, ao se aplicar uma sanção penal, realmente há o objetivo de prevenir crimes e recuperar indivíduos que delinquiram, possibilitando a noção das penas como resposta eficaz à criminalidade, que produzirá os efeitos apresentados pela lei. Acredita-se que as penas sejam capazes de intimidar a prática de crimes, de impedir a reincidência e, ainda, de reeducar os condenados. Forma-se, então, uma opinião dominante no meio acadêmico de que as penas previstas atualmente em nosso Código Penal brasileiro são uma boa forma de prevenir a criminalidade. Algumas vezes, os estudantes reconhecem determinadas falhas no sistema penitenciário brasileiro, como a falta de espaço nas prisões e a insuficiência de recursos. Contudo, as falhas são vistas como erros técnicos e não como defeitos percebidos no sistema penal e na aplicação das penas. Logo, pensa-se que quando esses “problemas técnicos” forem solucionados, a segurança social estará garantida.

Assim, os estudos desenvolvidos pela doutrina tradicional, quando apresentam o definido em lei como verdade absoluta, acabam por formar uma consciência distorcida da realidade do sistema penal, fazendo com que os estudantes e futuros profissionais defendam um sistema que desconhecem e se conhecessem, talvez, nem concordassem. Ao aderir ao pensamento de que o sistema penal atua de forma a observar o que prevê a lei, o estudante acaba por formar uma imagem idealizada do Direito Penal, levando a conclusões errôneas.

Por outro lado, a literatura penal crítica apresenta diversos outros aspectos não abordados pela literatura penal tradicional, possibilitando uma visão mais ampla e profunda das questões abordadas.

### 2.3 A literatura jurídico-penal apresentada pela doutrina crítica

O estudo da Criminologia começa a ter seus primeiros esboços como Ciência no século XVIII e início do século XIX, tendo como primeiro marco a publicação do livro de Cesare Beccaria, “Do Delito e das Penas”, em 1764, que surgiu com o objetivo de controlar os poderes do soberano, garantindo maior liberdade aos indivíduos. Os pensamentos referentes a essa época, denominados como Escola Clássica, tinham como centro de seus estudos o entendimento do crime como uma entidade jurídica e do homem criminoso como um homem médio, que infringia a norma com base em seu livre-arbítrio. Contudo, essa fase ainda era tida como um estudo atrelado à Ciência do Direito Penal e, portanto, a Criminologia ainda não era vista de forma independente.

Em um segundo momento, no final do século XIX e início do século XX, surgem os pensamentos que fundaram a Criminologia Positivista, representada, principalmente, por Cesare Lombroso, cuja obra “O Homem Delinquente”, publicada em 1876, foi fundamental para o desenvolvimento dos positivistas e tinham como objeto principal de pesquisa o homem visto como ser socialmente perigoso em razão de fatores biológicos, sendo o delito um ente natural do indivíduo. Essa fase foi de imensa importância para a Criminologia como um todo, pois foi o que a determinou como Ciência autônoma.

Em meados do século XX, em especial com a publicação da obra “Outsiders”, de Howard S. Becker, em 1963, uma nova perspectiva foi apresentada aos estudos da Criminologia, possibilitando a alteração dos objetos de análise e uma posterior mudança de paradigma, nascendo, então, a Criminologia Crítica.

A Criminologia Crítica se desenvolveu por meio de diversas indagações feitas a respeito da aplicação das normas penais, sendo que seu “momento crítico atinge a maturação na Criminologia quando o enfoque macro-sociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social e, em particular, para o processo de criminalização”<sup>75</sup>. A mudança de paradigma que figurou no surgimento da Criminologia Crítica se baseia na mudança

---

<sup>75</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 161.

de questionamentos, se preocupando menos com o criminoso e mais com o criminalizado, menos com o crime e mais com o processo de criminalização.

Sendo assim, a reflexão se funda no questionamento da ideologia da defesa social, entendida como uma herança das Escolas Clássicas e Positivas, que deu origem ao pensamento da revolução burguesa baseada nos princípios do iluminismo, formando uma ideologia penal, compartilhada até os dias de hoje, baseada nos princípios e garantias fundamentais, sintetizados em: a) princípio da legitimidade, em que a sociedade atribui ao Estado a legitimidade para reprimir, por meio de órgãos oficiais, a criminalidade; b) princípio do bem e do mal, que reconhece o delito como um dano para a sociedade, ou seja, enquanto o crime é o mal, a sociedade constituída é o bem; c) princípio da culpabilidade, que reconhece o delito como uma manifestação reprovável, pois contraria aos valores e as normas sociais; d) princípio da finalidade ou da prevenção, que atribui à pena a função retributiva e preventiva do crime, isto é, tem a função de impor uma resposta à prática delituosa e de evitar o cometimento de novos crimes, tanto pela contramotivação da pena como pela ressocialização do indivíduo; e) princípio da igualdade, afirma que a lei penal é instituída e aplicada para todos, que serão igualmente tratados frente a suas determinações; e f) princípio do interesse social e do delito natural, identifica os valores centrais defendidos pela lei penal como comum a todos os indivíduos do meio social.<sup>76</sup>

Assim, o foco principal aqui tratado serão os questionamentos apresentados pela Criminologia Crítica a respeito dos princípios da igualdade e dos fins da pena em oposição ao apresentado pela ideologia penal, compartilhada, ainda hoje, pela doutrina penal tradicional.

### **2.3.1 A discussão a respeito do princípio da igualdade no Direito Penal**

#### **2.3.1.1 A relatividade do delito**

A definição do que é tido por certo ou errado, bom ou mal e o que deve ou não ser feito dentro de uma coletividade de indivíduos é determinado de acordo com o entendimento de cada povo inserido em um próprio contexto histórico-cultural. Cada sociedade possui suas convicções culturais sobre o que é ou não tido como fato criminoso, sendo que, com base em seus

---

<sup>76</sup> Idem, p. 42.

valores morais e éticos, cada grupo social irá definir quais condutas são reprováveis no meio de convivência e quais as sanções aplicáveis a determinados casos. Não sendo, portanto, o conteúdo do comportamento criminoso algo absoluto, mas determinado pelos próprios homens com fundamento em sua cultura. Segundo afirmação de Lola Anyiar de Castro, “o tipo de organização social determina quais os tipos de comportamento que serão considerados desviantes e o que será considerado delito em determinado momento e lugar. Tal como a moralidade, o delito é uma entidade variável no tempo e no espaço”<sup>77</sup>.

Assim, o crime é entendido como uma construção do homem, e não como algo natural, “a criminalidade não existe na natureza, mas é uma realidade construída socialmente através de processos de definição e de interação. Nesse sentido, a criminalidade é uma das ‘realidades sociais’”<sup>78</sup>. O homem é o responsável pela identificação e determinação de um comportamento como ação delituosa, sendo que o que é crime dependerá, portanto, das convicções de cada comunidade estruturada. Deste modo, “o delito, pois, é nada mais do que um ponto de vista sobre o anti-social que logrou impor-se sobre outros pontos de vista, em um dado momento e lugar”<sup>79</sup>.

Um comportamento pode ser encarado de diversas formas dependendo do contexto em que estiver presente, podendo ser uma ação reprovável em uma época ou lugar e não reprovável em outra. Em exemplo bastante recente e muito polêmico, poderíamos falar da questão da legalização do aborto, que envolve diversos interesses sociais, como a saúde, a economia, a política e a religião. Quando se opta por tornar legal uma conduta, se opta também por alguns valores sociais em detrimento de outros, valores que serão impostos a todos, independentes de seu compartilhamento. Sendo assim, atualmente o aborto é legalmente aceito no Canadá, na Itália, no Reino Unido e em Portugal, enquanto é proibido, por exemplo, no Brasil e no Chile.

Outro exemplo também muito debatido é a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo, que hoje já é legalmente aceito na Argentina, na Espanha, em Portugal e no Canadá, mas ainda é proibido no Chile, no Uruguai, na Venezuela e na França.

---

<sup>77</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Reação Social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 63.

<sup>78</sup> BARATTA, Alessandro. Ob. cit., 2002, p. 108.

<sup>79</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. Ob. cit., 1983, p. 65.



O conceito dos crimes será, então, apontado por um grupo social em determinado lugar e em determinada época em razão dos valores morais e éticos dominantes no meio. Contudo, apenas uma parte do grupo tem o poder de decidir quais condutas serão penalmente perseguidas, havendo uma seleção do que será ou não criminalizado, o que certamente leva a benefícios de alguns indivíduos sobre outros, já que a atuação dos órgãos oficiais de controle estará focada em algumas condutas selecionadas e criminalizadas, o que possibilita a manipulação de interesses. Veja, por exemplo, o caso dos crimes criados para o favorecimento do capitalismo:

Historicamente o capitalismo recorreu ao sistema penal para duas operações essenciais: 1ª. garantir mão-de-obra; 2ª. impedir a cessação do trabalho.

[...]

Aqueles que, por uma razão ou outra, se recusavam ou não conseguiam vender sua força de trabalho, passaram a ser tratados pela justiça mais ou menos como nos julgamentos descritos por Jack London em seu conto autobiográfico: a cada 15 segundos, uma sentença de 30 dias de prisão para cada vagabundo.

Para impedir a cessação do trabalho, criminalizava-se o trabalhador que se recusasse ao trabalho tal como ele “era”: criou-se o delito de *greve*. O Código Penal francês de 1810 contemplava o novo crime, em seu artigo 415. O Vagrancy Act inglês de 1824 tornava possível processar criminalmente trabalhadores que recusavam a diminuição de seus salários. Não por acaso, um dos vagabundos condenados do conto de Jack London, alegando perante o juiz que houvera deixado sua ocupação com a esperança de obter uma vida mais feliz, foi punido com *mais* de 30 dias por “abandono de emprego”.<sup>80</sup> (grifos no original)

Nesse caso citado, para que a nova forma de produção capitalista pudesse obter a maior quantidade de força de trabalho sem garantir mínimas condições aos trabalhadores, criou-se o crime de “vagabundagem”, em que o homem que se recusasse a trabalhar estaria agindo contrariamente a lei e, depois, foi criado o crime de “greve”, que proibia os trabalhadores de reivindicar melhores condições de trabalho mediante a paralisação dos serviços.

---

<sup>80</sup> BATISTA, Nilo. **Punidos e Mal Pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 35 e 36.

Esse fenômeno, de definição social pela norma de quais condutas são consideradas criminosas, é denominado pela Criminologia Crítica como criminalização primária, isto é, a delinquência é selecionada e apontada primeiramente pela definição da legal<sup>81</sup>.

Em vista disso, os crimes definidos em lei são a criminalização de condutas conforme o entendimento e o interesse da parte dominante do meio social em um dado momento histórico-cultural, que define o foco de atuação do sistema penal e organiza as normas conforme seus interesses.

Conclui-se, então, que um homem bom ou mal, criminoso ou seguidor das normas, não é determinado pela natureza, existindo apenas alguns homens que praticam certas condutas que em determinado tempo e lugar não são aceitos dentro de uma sociedade. A respeito, Lola Anyiar de Castro diz que:

Não há diferenças entre os delinquentes e os não delinquentes. Se em um determinado tempo ou lugar permite-se o homicídio, o adultério, a homossexualidade, etc., e em outro não, é claro que a pessoa desse outro lugar não há de ser diferente daquela que pratica em um país onde estas condutas são lícitas.

[...]

Ninguém é, pois, essencialmente um delinquente. E ninguém o é todos os dias, nos quais a sua conduta e personalidade são semelhantes às cotidianas, lícitas ou não, de muitas outras pessoas.<sup>82</sup>

A imagem do homem criminoso é, pois, uma imagem construída pelo imaginário social, que acredita que alguém que se comporte de tal forma ou que tenha tais características seja alguém mais voltado para o crime, mas se trata apenas de uma construção cultural, que é totalmente flexível e frágil, relativizada em razão da composição dos valores sociais.

### **2.3.1.2 Seletividade na perseguição dos indivíduos**

Ao nos questionarmos por qual motivo as características da população carcerária são majoritariamente voltadas para um tipo de indivíduo, fica a dúvida sobre a atuação

<sup>81</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão da Segurança Jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 207.

<sup>82</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. Ob. cit., 1983, p. 65 e 66.

oficial de controle. Durante todo o processo de criminalização (legal, policial, judicial e penitenciária), pergunta-se por qual razão alguns são mais alcançados que outros.

Cada um dos homens possui suas convicções pessoais, seus valores, sua moral, sua ética, que são determinados pela cultura em que vivem e, também, pelas suas subculturas, como a família, a igreja, amigos, ambiente de trabalho, que tem suas próprias regras de comportamento. Essa formação faz parte do homem, de sua consciência social, condicionando sua visão de mundo, o que torna impossível a exclusão de sua formação cultural nas atividades do cotidiano, inclusive, no exercício de suas atividades profissionais.

No caso da atividade penal desenvolvida pelo Estado, o comportamento é tomado com base nos diversos conceitos já existentes na mente dos homens, direcionando todo seu exercício, desde a conceituação dos delitos em lei até a forma de tratamento dos presos dentro do cárcere.

Durante o percurso penal existem vários filtros que selecionam alguns indivíduos e deixam tantos outros fora do seu alcance, essa seleção é denominada pela Criminologia Crítica como criminalização secundária, que é entendida como o conjunto articulado dos processos de seleção dos alcançados pelo sistema penal<sup>83</sup>.

A atividade dos órgãos oficiais de controle é altamente influenciada por toda a carga sócio-cultural de seus atuantes, sendo que “nem todo delito cometido é perseguido; nem todo delito perseguido é registrado; nem todo delito registrado é averiguado pela polícia; nem todo delito averiguado é denunciado; nem toda denúncia é recebida; nem todo recebimento termina em condenação”<sup>84</sup>. Assim, a subjetividade na seleção da clientela penal possui imensurável influência no retrato final da população carcerária.

Nas relações de poder, em geral, os mais vulneráveis são os mais perseguidos, sendo, portanto, a esse estrato atribuída uma característica social negativa, que muitas vezes dificilmente será superada. No caso do Brasil, a atuação penal é voltada enormemente para a população miserável, carente tanto de bens materiais, quanto de educação, saúde e cidadania, essa

---

<sup>83</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Ob. cit., 1997, p. 207.

<sup>84</sup> Idem, p. 262 e 263.

seleção ocorre desde o momento da definição em lei dos atos puníveis até o momento de captura dos indivíduos infratores.

Primeiramente, no momento de optar pelas condutas oficialmente reprováveis, não há coincidência em perceber que uma grande parte dos delitos legalmente apresentados são os que, em geral, tem mais probabilidade de ser cometidos pelos mais frágeis socialmente. Os poderosos instituidores dos delitos não costumam se ater a questões que possam prejudicá-los eventualmente, resguardando-se de qualquer risco de ser identificado pela lei.

Na próxima instância de atuação penal, após a determinação dos crimes pela lei, está a atividade policial, que ocupa grande parte de sua atenção com os possíveis candidatos a infrator, para esse grupo é destinado maior força de controle, maiores recursos, mais políticas de segurança e de prevenção, fazendo crer que ali está a delinquência e que ali ela deve ser perseguida.

A seleção, tanto legal quanto policial, do grupo mais frágil não corre por mera coincidência. Condenar minorias causa sempre menos barulho, menos questionamentos entre a sociedade. Imagine um policial perseguindo efetivamente poderosos sociais, possivelmente seus superiores, quanta repressão sua atividade não iria sofrer.

Além disso, a atuação policial anda, quase sempre, de mãos dadas com o pensamento dominante no momento dentro do meio social. Por exemplo, quando há um anseio para que uma conduta seja fortemente diminuída, existindo o desenvolvimento de diversas políticas públicas de segurança, veiculação na mídia, pessoas famosas tratando do tema, o exercício policial será ali concentrado. Para Eugênio Zaffaroni:

As agências policiais não selecionam segundo seu critério exclusivo, mas sua atividade nesse sentido é também condicionada pelo poder de outras agências: as de comunicação social, as agências políticas etc. A seleção secundária provém de circunstâncias conjunturais variáveis.<sup>85</sup>

Por outro lado, quando há uma grande repressão social contra um ato de alguém com alto *status* social e todos desejam que ele seja alcançado pela tutela penal, o exercício policial tem maiores chances de sucesso, mas em hipóteses assim acaba ocorrendo somente a

---

<sup>85</sup>ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo, et al. **Direito Penal Brasileiro**: teoria geral do direito penal, Vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 45.

criação de um “novo *bode expiatório* (classe, setor hegemônico, partido oficial, grupo econômico, quando não grupos religiosos ou étnicos)”<sup>86</sup> (grifo no original), pois a apreensão de alguém de alta classe social da ao sistema penal a falsa imagem de funcionamento homogêneo. Porém, em casos como esse, a seleção ocorre, em geral, apenas em casos polêmicos, levando a crer que a criminalidade quase não ocorre naquele meio, sendo apenas uma exceção, e que a exceção já foi perseguida e punida. Nesse sentido:

Há um processo de seleção de pessoas às quais se qualifica como delinquentes e não, como se pretende, um mero processo de seleção de condutas qualificadas como tais. O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime.<sup>87</sup>

Então, nas formas sociais de tentativas de conter a criminalidade, a distribuição da atuação oficial ocorre de forma diferenciada para cada grupo social, dependendo de suas características e da forma como o senso comum os encara.

### **2.3.1.3 Subjetividade das decisões judiciais**

Após o filtro da definição legal e da atuação da atividade policial de seleção, ao chegar ao processo penal o acusado será submetido ao procedimento oficial para verificação do cometimento do delito e, se for o caso, posterior condenação.

Nesta fase, há diversas garantias que permitem que o processo seja o mais justo possível, garantindo-se, por exemplo, a imparcialidade do juiz, o direito de resposta e defesa, a busca pela verdade real e a determinação de que, havendo dúvida, a decisão deve ser favorável ao acusado.

Desse modo, ao juiz cabe a tarefa de fazer a subsunção, isto é, a adequação entre fato e norma, decidindo se o crime previsto em lei ocorreu ou não e em quais circunstâncias, para tanto o julgador fará uso das provas colhidas e produzidas para se convencer de uma das teses discutidas no processo. Está aí um poder atribuído ao julgador da causa, um poder de decisão sobre o fato, que mesmo tendo de obedecer a diversas regras legais, possui um alto grau de discricionariedade e pessoalidade. O juiz deve ser, por determinação normativa, um julgador

---

<sup>86</sup> Idem, p. 48.

<sup>87</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Ob. cit., 1997, p. 267.

imparcial em busca da verdade dos fatos. Contudo, essa imagem atribuída ao juiz é “fundamentalmente ingênua”<sup>88</sup> e, para Luigi Ferrajoli, a subjetividade do conhecimento judicial:

Trata-se do caráter não impessoal deste investigador particular legalmente qualificado que é o juiz. Este, por mais que se esforce para ser objetivo, está sempre condicionado pelas circunstâncias ambientais nas quais atua, pelos seus sentimentos, suas inclinações, suas emoções, seus valores ético-políticos.<sup>89</sup>

Percebe-se, pois, a fragilidade da decisão judicial, já que, mesmo havendo a determinação legal de imparcialidade e impessoalidade no julgamento do caso, seria impossível que o julgador se esquecesse de toda a carga cultural e emocional que tem, sendo, portanto, ainda que pouco, influenciado subjetivamente por suas características pessoais e sentimentais.

Ainda, para o convencimento do juiz deverão ser levadas em conta as provas colhidas no processo, mas essas provas são igualmente frágeis no sentido de sua subjetividade e não impessoalidade, visto que:

[...] toda reconstrução judicial minimamente complexa dos fatos passados equivale, em todo caso, a *sua* interpretação, que é obtida pelo juiz a partir de hipóteses de trabalho, que, ainda quando precisadas ou modificadas no curso da investigação, o levam a valorizar algumas provas e a descuidar-se de outras, e o impedem, às vezes, não apenas de compreender, mas inclusive de ver dados disponíveis em contraste com elas. Em todo juízo, em suma, sempre esta presente uma certa dose de preconceito.<sup>90</sup> (grifo no original)

O ser humano é um animal naturalmente imparcial, completamente tomado pelos valores de sua cultura. Por qual razão o juiz também não seria? O juiz não pode ser encarado como “uma máquina automática na qual por cima se introduzem os fatos e por baixo se retiram as sentenças, ainda que com a ajuda de um empurrão, quando os fatos não se adaptam perfeitamente a ela”<sup>91</sup>. Fica clara, então, a possibilidade de erros que podem haver em uma decisão judicial e quão frágil isso a torna. Para Alessandro Baratta:

Pesquisas empíricas têm colocado em relevo as diferenças de atitude emotiva e valorativa dos juízes, em face de juízos pertencentes a diversas classes sociais. Isto leva aos juízes, inconscientemente, a tendência de juízos diversificados conforme a posição social dos acusados, e relacionados tanto à apreciação do

<sup>88</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 58.

<sup>89</sup> Idem, ibidem.

<sup>90</sup> Idem, p. 58 e 59.

<sup>91</sup> Idem, p. 42.

elemento subjetivo do delito (dolo, culpa) quanto ao caráter sintomático do delito em face da personalidade (prognose sobre a conduta futura do acusado) e, pois, à individualização e à mensuração da pena destes pontos de vista. A distribuição das definições criminais se ressent, por isso, de modo particular, da diferenciação social. Em geral, pode-se afirmar que existe uma tendência por parte dos juízes de esperar um comportamento conforme a lei dos indivíduos pertencentes aos estratos médios e superiores; o inverso ocorre com os indivíduos provenientes dos estratos inferiores.<sup>92</sup>

Consideração extremamente necessária neste ponto é a verificação de que uma sentença judicial penal entendida como uma decisão frágil e subjetiva é o meio Estatal hábil a qualificar ou não um indivíduo como criminoso. Esses julgamentos criam realidades sociais, uma sentença atribui ao condenado a condição de delinquente, produzindo diversas consequências sociais negativas e, quase sempre, irreversíveis.

#### **2.3.1.4 A cifra negra**

A cifra negra, cifra obscura, zona obscura ou delinquência oculta, se refere a um dado estatístico que corresponde a diferença entre a criminalidade real e a criminalidade aparente ou estatística, em que a criminalidade real seria a “quantidade de delitos verdadeiramente cometida em determinado momento”<sup>93</sup>, e a criminalidade aparente a “criminalidade que é conhecida por órgãos de controle social – a polícia, os juízes, etc”<sup>94</sup>. A cifra negra é, na verdade, um número que ficou fora das estatísticas, ou seja, é a quantidade de delitos cometidos, mas que, por diversos motivos, não são de conhecimento oficial.

A cifra negra será variável de acordo com fenômenos relacionados ao cometimento das infrações, como o seu grau de visibilidade e o seu grau de perseguição pelos órgãos oficiais, por exemplo:

A cifra negra diminui, à medida que aumenta a gravidade e a visibilidade do delito. Antes de ser eliminado o aborto como delito, dos Códigos Penais franceses e ingleses, dizia-se que um em cada 100 abortos era conhecido pela polícia; esta proporção, no entanto, parece pequena relativamente ao que observavam alguns investigadores na Inglaterra, que afirmam que eram conhecidos 250 de cada 50.000 ou 100.000 dos que eram efetivamente praticados. Do infanticídio, afirmou-se que conheciam 2 em cada 5. [...]

<sup>92</sup> BARATTA, Alessandro. Ob. cit., 2002, p. 177 e 178.

<sup>93</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. Ob. cit., 1983, p. 67.

<sup>94</sup> Idem, ibidem.

Quanto à quantidade de cheques sem fundo que diariamente são emitidos, é muito difícil conhecer sua real extensão, que deve ser altíssima.

Dos delitos sexuais, provavelmente só é conhecido 1% dos cometidos. Enquanto que o homicídio, pela sua visibilidade é alarme social, tema cifra negra baixa [...].<sup>95</sup>

Nesses casos, apenas uma pequena parte dos crimes que ocorreram de fato é conhecida oficialmente, sendo que seu número real pode ser muitas vezes maior que o estimado. O não conhecimento de delitos ocorre por fatores relacionados, principalmente, à vítima e à polícia, já que:

Muitos fatos não são levados pela vítima ao conhecimento da polícia, pelas seguintes razões: 1. o fato não foi descoberto; 2. o fato não é percebido pela vítima como criminoso: se num lote de artigos falta um, pode-se pensar que se perdeu. Ou uma certa roubada é tida como perdida. Ou a vítima não sabe que se trata de um fato delitivo que pode ser judicialmente perseguido (o delito de adultério, por exemplo); 3. por desconfiança ou aversão à polícia; 4. por simpatia para com o acusado; 5. porque a comunidade cultural à qual se pertence é contrária as denúncias; 6. por temor a represália; 7. por ver a condenação que se infligiria como algo mais grave que o dano sofrido; 8. para evitar ser implicado no caso, quando houve envolvimento com prostitutas, com ambiente de baixo nível, com jogos ilícitos, em caso de extorsão, e no caso de delitos sexuais (entre parentes ou entre estranhos, especialmente violação ou caso de adultério); 9. porque há possibilidade de obter reparação por outra via.

Em relação à polícia, podem operar as seguintes razões: 1. desinteresse, quando não há vítimas (nos chamados delitos sem vítimas, como o aborto e as drogas), a menos que funcione nesse momento a campanha contra esses delitos; 2. capacidade de mobilização de efetivos: a economia de seu funcionamento levará a uma hierarquização dos casos, segundo os interesses predominantes no momento repressivo que se vive; 3. capacidade (técnica ou de fato) para descobrir o delito; 4. interesse em não descobri-lo ou interesse em não persegui-lo em virtude de pressões do poder.<sup>96</sup>

O conhecimento exato da criminalidade é uma busca sem fim, que dificilmente será sequer aproximada do real. O número de crimes que conhecemos pelas estatísticas oficiais ocorre por um processo prolongado e altamente carregado de subjetividades, pois depende diretamente da atuação das instâncias oficiais de controle, que são essencialmente seletivas, e, também, da notícia dos crimes pelas vítimas, que tem mais facilidade de criminalizar certas condutas (ou pessoas) que outras.

---

<sup>95</sup> Idem, p. 68.

<sup>96</sup> Idem, p. 69 e 70.



Caso a polícia esteja mais atuante em perseguir um dado comportamento em razão de, por exemplo, clamor social e políticas públicas de segurança, as estatísticas em relação a tal comportamento se elevaram, criando a imagem de que o crime perseguido tem sido mais cometido nos últimos tempos, ao passo que apenas foi mais identificado pelos órgãos de controle. Além disso, na hipótese de haver um estímulo para que as vítimas levem ao conhecimento oficial o cometimento de crimes, tais taxas estatísticas irão igualmente se elevar, não significando exatamente que o número de crimes cometidos aumentou, mas apenas foi mais conhecido. Por isso, as estatísticas criminais não podem ser entendidas, absolutamente, como:

[...] um retrato da criminalidade real, mas o resultado de um complexo processo de refração existindo entre ambas um profundo defasamento não apenas quantitativo, mas também aqui qualitativo. Pois o “efeito-de-funil” ou a “mortalidade de casos criminais” operada ao longo do corredor da delinquência, isto é, no interior do sistema penal, resulta da ampla margem de discricionariedade seletiva dos agentes do controle.<sup>97</sup>

Sendo assim, a noção do quadro criminal de um determinado momento em uma sociedade não demonstra, em exato, quais crimes são mais cometidos ou quem comete mais crimes, mas quais crimes são mais perseguidos e quem é mais perseguido pelos órgãos oficiais de controle da criminalidade.

### **2.3.1.5 A criminalidade de colarinho branco**

Com base em todas as reflexões já expostas é possível perceber a disparidade existente no sistema penal, sendo um meio de controle social frágil, subjetivo e seletivo, que persegue e distribui a classificação de criminoso a uma parte somente do estrato social que figura nos dados estatísticos.

Questiona-se, então, se a outra parte do grupo social, que não é alcançada pelas instituições oficiais, também delinque. Ora, difícil imaginar quem tenha, por toda a vida, atuado somente dentro das restritas linhas que define a lei. Porém, existem alguns poderosos, que em razão de sua posição social, delinquem e não são sequer perseguidos ou condenados penalmente.

---

<sup>97</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Ob. cit., 1997, p. 263.

Assim, o crime de colarinho branco é entendido como aquele que “é cometido por uma pessoa de respeitabilidade e alto status social, no exercício de sua ocupação”<sup>98</sup>.

O conceito de criminalidade de colarinho branco surge em 1940 em um artigo denominado “White-Collar Criminality”, escrito por Edwin Sutherland. Essa nova noção de criminalidade representou um marco para a Criminologia, possibilitando uma nova perspectiva para essa Ciência.

A definição do crime de colarinho branco trouxe para os estudiosos da área uma nova visão de toda a organização da administração do controle penal, demonstrando que a infração não é algo característico de alguns e que não há na sociedade indivíduo bom ou mal, mas apenas indivíduos que são capturados pelo sistema de controle enquanto outros permanecem ilesos.

Homens que estão posicionados em cargos relevantes e possuem influências no meio social também cometem infrações penais, mas em geral são infrações de natureza diversa das cometidas por estratos inferiores, pois não ocorre de um indivíduo com alto poder social e econômico roubar um automóvel ou uma loja comercial, mas comete crimes mais sofisticados, como os relacionados com a corrupção e tráfico de influências. Esses crimes de alto escalão são crimes que um indivíduo dos baixos estratos jamais iria cometer mesmo que quisesse, pois sua posição de pouco prestígio não o permitiria.

O essencial é observar que mesmo pessoas aparentemente honestas também podem cometer atos criminosos, porém, essas pessoas não têm seus atos perseguidos pelas instâncias oficiais de controle do crime e em alguns casos, seus atos “socialmente negativos” nem chegam a ser tratados de forma rígida pela norma, pois esses poderosos possuem também forte influência na confecção das leis.

Por não ser o alvo principal do sistema penal, a criminalidade de colarinho branco não figura nas estatísticas oficiais do crime, essa parte da criminalidade que ficou de fora dos dados ficou conhecida como cifras douradas. Conforme apresentado por Lola Anyiar de

---

<sup>98</sup> ANYIAR DE CASTRO, Lola. Ob. cit., 1983, p. 77.

Castro, Severín-Carlos Versele afirmou, em 1975, no V Congresso das Nações Unidas para a prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente que:

Além da cifra negra dos delinquentes que escapam a toda detenção oficial, existe uma cifra dourada de delinquentes que detêm o poder público e o exercem impunemente, lesando a coletividade e cidadãos em benefício de sua oligarquia, ou que dispõe de um poderio econômico que se desenvolve em detrimento da sociedade.<sup>99</sup>

A criminalidade dos poderosos sociais existe, mas é quase que ignorada, sendo pouco combatida e perseguida, levando a permanente associação do criminoso com a miséria. Para Alessandro Baratta:

De fato, sendo baseadas sobre a criminalidade identificada e perseguida, as estatísticas criminais, nas quais a criminalidade de colarinho branco é representada de forma enormemente inferior à sua calculável “cifra-negra”, distorceram até agora as teorias da criminalidade, sugerindo um quadro falso da distribuição da criminalidade nos grupos sociais. Daí deriva uma definição corrente da criminalidade como um fenômeno concentrado, principalmente, nos estratos inferiores, e pouco representada nos estratos superiores e, portanto, ligada a fatores pessoais e sociais correlacionados com a pobreza [...].

Estas conotações da criminalidade incidem não só sobre os estereótipos da criminalidade, os quais, como investigações recentes têm demonstrado, influenciam e orientam a ação dos órgãos oficiais, tornando-a, desse modo, socialmente “seletiva”, mas também pela definição corrente de criminalidade, que o homem da rua, ignorante das estatísticas criminais, compartilha. Realmente, esta definição de criminalidade, e as correspondentes reações não institucionais por ela condicionadas (a reação da opinião pública e o alarme social), estão ligadas ao caráter estigmatizante que a criminalidade leva, *normalmente*, consigo, que é escassíssimo no caso da criminalidade de colarinho branco. Isto é devido, seja à sua limitada perseguição e à relativamente escassa incidência social das sanções correspondentes, especialmente daquelas exclusivamente econômicas, seja ao prestígio social de que gozam os autores das infrações.<sup>100</sup> (grifo no original)

Neste contexto, o estudo sobre a criminalidade de colarinho branco possibilitou uma mudança no pensamento da Criminologia, percebendo-se, pois, o crime como um fato social pertencente não a um grupo restrito, mas a todos os estratos sociais do meio. Não sendo a criminalidade o “comportamento de uma restrita minoria, como quer uma difundida concepção (e

<sup>99</sup> Idem, p. 75.

<sup>100</sup> BARATTA, Alessandro. Ob. cit., 2002, p. 102 e 103.

a ideologia da defesa social a ela vinculada), mas, ao contrário, o comportamento de largos estratos ou mesmo da maioria dos membros de nossa sociedade”<sup>101</sup>.

As cifras douradas mostram que o sistema penal é feito para atuar para alguns, atribuindo a qualidade de criminosos para certos membros da coletividade. Levando a conclusão de que a criação e definição dos homens contrários à lei não é feita para quem ocupa os altos estratos sociais. Sutherland, posteriormente, elaborou outro estudo intitulado “Is ‘White-Collar Crime’ Crime?”, o que nos leva a crer que, mesmo nas raras exceções que os criminosos de colarinho branco são capturados pelo sistema penal, a figura de criminoso não é a eles atribuída, pois a sociedade assim não os vê e nem eles mesmos assim se veem.

### **2.3.2 A discussão a respeito dos fins da pena no Direito Penal**

Todas essas teorias da Criminologia apresentadas nos tópicos anteriores foram estudos de imensurável importância para a fixação da Criminologia como Criminologia Crítica ou Criminologia pós-positivista, possibilitando uma mudança de paradigma para essa Ciência, alteando radicalmente seu objeto de estudo.

Se, de início, a Criminologia Positivista focou suas pesquisas no homem criminoso, a Criminologia Crítica surge com novos questionamentos, direcionados não mais para a criminalidade como realidade natural, mas para a:

[...] ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (polícia, juízes, instituições penitenciárias, que as aplicam), e que, por isso, o *status* social de delinqüente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinqüência, enquanto não adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pelas ações daquelas instâncias.<sup>102</sup>

Essa nova visão essencialmente crítica deixa de lado antigas concepções, dando à Criminologia Crítica novos focos de pesquisa. Essa mudança de paradigma ocorreu, principalmente, com o advento da Teoria do *Labelling Approach*.

---

<sup>101</sup> Idem, p. 103.

<sup>102</sup> Idem, p. 86.

### 2.3.2.1 A Teoria do *Labelling Approach*

A Teoria do *Labelling Approach*, do etiquetamento, da rotulação ou da reação social considera que não é possível compreender a criminalidade sem o questionamento a respeito da ação das instituições oficiais de controle e da reação social como um todo, focando-se, então, não no homem delinquente, mas na criminalização e no homem criminalizado. Essa teoria defende que, o *status* social do homem se transforma de *status* de cidadão para o de criminoso quando perseguindo e alcançado pelo sistema penal e quando há o reconhecimento, tanto da coletividade quanto do próprio homem, como delinquente, sendo essa alteração de imagem fundamental, já que alguns outros indivíduos, que praticam as mesmas atitudes, não são assim vistos pela sociedade e assim não se veem. Deste modo, o *Labelling Approach* é desenvolvido sob a percepção de que a classificação de alguém como criminoso gera consequências quando a etiqueta é aplicada de forma eficiente, pois é capaz de fixar o indivíduo em uma permanente carreira delituosa, o mantendo no crime e alterando tanto sua autoimagem, quanto sua imagem social.

A Teoria do etiquetamento se fundamenta em duas correntes de estudo basicamente, o Interacionismo Simbólico (defendida por George H. Mead) e a Etnometodologia (defendida por Alfred Schutz). A primeira define que “a sociedade – ou seja, a realidade social – é construída por uma infinidade de interações concretas entre indivíduos, aos quais um processo de tipificação confere um significado que se afasta das situações concretas e continua a estender-se através da linguagem”<sup>103</sup>, em outras palavras, o Interacionismo Simbólico reconhece que a interação entre as pessoas no meio social permite a atribuição de significados a coisas, pessoas e situações, que nem sempre correspondem a realidade, mas que são transmitidas por meio da linguagem, criando uma realidade social. A Etnometodologia entende que a “sociedade não é uma sociedade que se possa conhecer sobre o plano objetivo, mas o produto de uma ‘construção social’, obtida graças a um processo de definição e tipificação por parte de indivíduos e de grupos diversos”, isto é, a sociedade é vista como uma realidade feita por valores construídos e atribuídos pelos homens. Portanto, o estudo do delito, como construção social e atribuição a alguns, fundamenta-se essencialmente nesses conceitos.

---

<sup>103</sup> Idem, p. 87.

A Teoria do *Labelling Approach* é representada, principalmente, por Howard S. Becker, que teve sua pesquisa consagrada em seu livro “Outsiders”, de 1963. Os estudos de Becker se direcionam, basicamente, para as consequências da definição do homem como criminoso e para a formação de seu *status* social como tal. O termo *outsiders* é entendido no sentido de “alguém que esta do lado de fora, para além das margens de determinada fronteira ou limite social”<sup>104</sup>, ou seja, representa alguém que se opõe a um pensamento social, nas palavras do autor:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider.

Mas a pessoa assim rotulada pode ter uma opinião diferente sobre a questão. Pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgado e pode não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders.<sup>105</sup>

*Outsiders* é, pois, o termo determinado aos que são vistos como infratores de uma norma de comportamento, independente de terem ou não cometido um delito, mas o rótulo pega de forma tal que todos os veem assim. Howard Becker afirma que:

[...] *grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Como o desvio é, entre outras coisas, uma conseqüenciada reação de outros ao ato de uma pessoa, os estudiosos do desvio não podem supor que estão lidando com uma categoria homogênea quando estudam pessoas rotuladas de desviante. Isto é, não podem supor que essas pessoas cometeram realmente um ato desviante ou infringiram alguma regra, porque o processo de rotulação pode ser infalível; algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem ter de fato infringido uma regra. Além disso, não podem supor que a categoria daqueles rotulados conterá todos que realmente infringiram uma regra, porque muitos

<sup>104</sup> BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 15.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*.

infratores podem escapar à detecção e assim deixar de ser incluídos na população de “desviante” que estudam.<sup>106</sup> (grifos no original)

Nesse sentido, a qualidade de criminoso é atribuída não somente pela prática de um ato delituoso, mas, também, pela forma como o indivíduo é visto no meio em razão das interações simbólicas existentes. Conforme o Teorema de Thomas, “se definimos uma situação como real, ela será real nas suas conseqüências”, ou seja, alguém pode agir de forma correta, mas se todos o encaram como criminoso, vendo essa situação como real, suas conseqüências também serão reais.

Esse novo paradigma apresenta a classificação de criminoso como dependente da reação social, ou seja, da visão que a coletividade terá do indivíduo rotulado, bem como da visão que ele terá de si mesmo, ao ser identificado como criminoso, assim será visto e assim se verá, o que o fixará permanentemente, na maioria dos casos, na carreira delitiva.

Essa teoria se apresenta contrariamente ao defendido pela ideologia penal, mostrando a impossibilidade da ressocialização do indivíduo, que, quando identificado como delinquente e assim etiquetado, acaba por ingressar em uma carreira definitiva no crime, passando do *status* de cidadão ao de criminoso de forma decisiva. Então, percebe-se que:

[...] a intervenção do sistema penal, especialmente as penas detentivas, antes de terem um efeito reeducativo sobre o delinqüente determinam, na maioria dos casos, uma consolidação da identidade desviante do condenado e o seu ingresso em uma verdadeira e própria carreira criminosa.<sup>107</sup>

Nesse sentido, a teoria do *Labelling Approach* apresenta argumentos que negam a ideologia penal ao se contrapor aos fins das penas relacionadas à prevenção, à ressocialização e à reeducação dos condenados pelo sistema penal, pois, após a etiqueta de criminoso ser fixada de modo eficaz, será difícil que o indivíduo retorne ao seu *status* anterior, pois os efeitos estigmatizantes das penas são inúmeros e muito intensos.

---

<sup>106</sup> Idem, p. 22.

<sup>107</sup> BARATTA, Alessandro. Ob. cit., 2002, p. 90.

### 2.3.2.2 Efeitos da pena não declarados pelo sistema penal

Além do exposto, a Criminologia Crítica já avançou bastante seus estudos sobre as penas e seus efeitos, apresentando diversas outras discussões sobre o tema. Deste modo, podem ser identificados, nos fins da pena, vários efeitos não declarados pela ideologia penal.

Sob uma ótica crítica, a pena pode ser encarada essencialmente como uma resposta social vingativa ao ato delituoso, pois a grande maioria dos indivíduos sociais, que se julgam seguidores fieis da lei, quando se deparam com o cometimento de um crime, manifestam o sentimento de que o infrator deve pagar pelo ato que cometeu, devendo ser punido para que possa haver o sentimento de justiça, por isso “a pena segue sendo pena, porque para ressocializar é necessária a privação de alguns bens jurídicos, o que sempre terá um conteúdo penoso para quem o sofre”<sup>108</sup>. Conforme entendimento de Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli:

O homem respeitador do direito sente que reprimiu tendências que outro não reprimiu; que privou-se do que outro não se privou, e experimenta inconscientemente como inútil o sacrifício de uma privação a que o outro não se submeteu. Inconscientemente, quem se reprimiu clama por vingança, e daí que o passo da prevenção geral à vingança nunca seja de todo claro e que a prevenção geral sempre encerre um conteúdo vingativo. Para refrear esse conteúdo vingativo se sustenta que a pena “justa” é a “retributiva” e por isso, dentro desta linha, deve obedecer à lei do talião: a pena deve impor a mesma quantidade de mal causada pelo delito (“olho por olho e dente por dente”).<sup>109</sup>

Deste modo, a aplicação de uma pena é vista como um ato vingativo, pois a privação de algum bem jurídico do indivíduo delinquente, por si só, não é capaz de solucionar o problema causado, mas somente de responder ao crime cometido.

Assim, a pena é reconhecida como uma resposta que não busca solucionar conflitos ou reparar os danos causados a vítima, já que seu foco principal é no indivíduo infrator e na sua condenação e não na recuperação de quem foi lesado pelo comportamento criminoso, visto que o “modelo punitivo é pouco apto a solucionar o conflito: quando prisoniza alguém não

---

<sup>108</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: Parte Geral. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 103.

<sup>109</sup> Idem, p. 102.



resolve o conflito, mas sim o *suspende*, ou seja, deixa-o pendente no tempo, de vez que, por definição, exclui a vítima”<sup>110</sup> (grifo no original).

Nesse sentido, a pena é uma reação do Estado frente a um ato penalmente punível que se mostra vingativa e com pouquíssima ou nenhuma condição de solucionar a situação da vítima e os danos sociais causados, não se ocupando em restabelecer um equilíbrio social, mas em reafirmar o mal e as diferenças. O sistema penal é encarado, pois, como uma solução para a violência que pouco soluciona, já que:

O sistema penal não alivia as dores de quem sofre perdas causadas por condutas danosas e violentas, ou mesmo cruéis, praticadas por indivíduos que eventualmente desrespeitam e agredem seus semelhantes. Ao contrário. O sistema penal manipula essas dores para viabilizar e buscar a legitimação do exercício do ainda mais violento, danoso e doloroso poder punitivo. Manipulando o sofrimento de indivíduos atingidos por seus semelhantes, incentiva o sentimento de vingança. Desejos de vingança não trazem paz de espírito. Desejos de vingança acabam sendo auto-destrutivos. O sistema penal manipula sofrimentos para perpetuá-los e para criar novos sofrimentos.<sup>111</sup>

A pena “definitivamente, apenas soma novos danos e dores aos danos e dores causados pela conduta etiquetada como crime”<sup>112</sup>, pois é pouquíssimo apta a possibilitar o que se propõe. Não sendo, portanto, um meio eficaz de solução de conflitos, mas gerador de novos problemas sociais, que não traz nenhum retorno à sociedade, à vítima ou ao próprio apenado.

Atualmente, a pena já é vista pela Criminologia Crítica como um instituto falido, que se limita somente a reafirmar falsos ideais de prevenção e de ressocialização. Sobre o tema:

Hoje, através das *ciências sociais*, está comprovado que a criminalização secundária deteriora o criminalizado e mais ainda o aprisionado. [...] É insustentável a pretensão de melhorar mediante um poder que impõe a assunção de papéis conflitivos e que os fixa através de uma instituição deteriorante, na qual durante prolongado tempo toda a respectiva população é treinada reciprocamente em meio ao contínuo reclamo desses papéis. Eis uma impossibilidade estrutural não solucionada pelo leque de *ideologias re*: ressocialização, reeducação, reinserção, repersonalização, reindividualização, reincorporação. Estas ideologias encontram-se tão deslegitimadas, frente aos dados da ciência social, que utilizam como argumento em seu favor a

<sup>110</sup> ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo. Ob. cit., 2003, p. 87.

<sup>111</sup> KARAM, Maria Lúcia. Ob. cit., 2009, p. 52 e 53.

<sup>112</sup> Idem, p. 53.

necessidade de serem sustentadas apenas para que não se caia apenas num retribucionismo irracional, que legitime a conversão dos cárceres em campos de concentração.<sup>113</sup> (grifos no original)

A pena é encarada, então, como uma resposta do Estado que mascara, em sua real aplicação, seus fins declarados em lei. Ideologicamente, a pena busca a segurança social e a vivência pacífica da coletividade, contudo, tem se mostrado muito distante de seus objetivos, que não só deixam de prevenir o crime ou de ressocializar o condenado, mas acabam por multiplicar as consequências negativas ao manter os apenados em carreiras delitivas e ao reafirmar desigualdades sociais.

## **2.4 Comentários a respeito do estudo comparado entre as doutrinas penais**

A análise desenvolvida sobre as diferentes perspectivas da doutrina penal tradicional e da doutrina penal crítica sobre o princípio da igualdade e os fins da pena possui o objetivo de mostrar qual a ideia que toma o pensamento da grande maioria dos alunos de Direito a respeito do sistema penal e sua atuação e como essa visão perpetua a descontextualização, o dogmatismo e a unidisciplinariedade no ensino das Ciências Jurídicas.

O estudo da doutrina penal tradicional possibilita uma formação acrítica e pouco questionadora, pois é restrita a abordagem da lei, criando uma imagem do sistema penal que não corresponde à realidade prática, formando na mente do estudante uma concepção idealizada do Direito Penal.

Pela análise dos manuais de Direito Penal, percebe-se que alguns autores iniciam algumas críticas sobre a atuação penal, mas apenas de forma introdutória e superficial, pois de todos os aspectos aqui tratados pela doutrina penal crítica nenhum foi tratado também pelos manuais de Direito Penal.

O ponto que se quer expor é a abordagem que cada doutrina proporciona e como isso atinge a formação do aluno e sua futura atuação profissional e como a leitura de uma ou outra doutrina pode contribuir para a formação crítica possibilitando o consciente exercício de sua atividade.

---

<sup>113</sup> ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo, et al. Ob. cit., 2003, p. 125 e 126.

As questões apresentadas pela doutrina penal crítica se mostram muito próximas dos reais contextos de aplicação das normas penais, possibilitando que o aluno perceba o funcionamento do sistema penal e o que o influencia, podendo situar seus conhecimentos e orientar seu exercício profissional de modo consciente, sabendo quais direitos e quais interesses defende.

Portanto, para que a formação crítica do profissional seja alcançada, os estudos não podem ser restritos somente ao apresentado pela doutrina penal tradicional, que, embora aborde os diversos aspectos da lei penal, não é capaz de construir um pensamento crítico e questionador e, muito menos, um pensamento em concordância com a importante função do profissional de Direito no meio social, como um atuante em favor da igualdade, da justiça e da cidadania, que possa inovar e renovar valores e lutar por melhores práticas no sistema penal, para que, algum dia, se possível, os ideais constitucionais possam ser mais próximos da realidade social.

Para demonstrar a importância do pensamento crítico no exercício da atividade jurídica, no próximo capítulo será desenvolvida uma leitura dos dados da população carcerária brasileira mostrando como a formação do atuante pode influenciar todo o sistema penal e toda a sociedade.

## Capítulo III

### **O perfil da população carcerária: considerações sobre a administração da justiça penal e a importância da formação crítica**

As considerações apresentadas nesta parte da pesquisa buscam demonstrar, por meio dos dados indicadores do perfil da população carcerária, como é dirigida a atuação das instâncias oficiais de controle social e como essa atuação se relaciona com a formação do pensamento proporcionado pela doutrina tradicional penal em contraponto à doutrina penal crítica. Além disso, como a atuação do sistema penal contribui para a construção da imagem do homem criminoso no senso comum.

#### **3.1 O perfil atual da população carcerária brasileira**

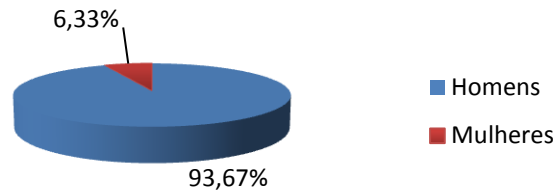
Em dezembro de 2010, o Ministério da Justiça apresentou, pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), uma pesquisa com os indicadores gerais sobre a população penitenciária do país<sup>114</sup>. Alguns desses dados são:

a) O número total de presos custodiados pelo sistema penitenciário nacional é de 445.705 indivíduos, sendo que o número de homens presos corresponde a 417.517 e o de mulheres presas corresponde a 28.188.

---

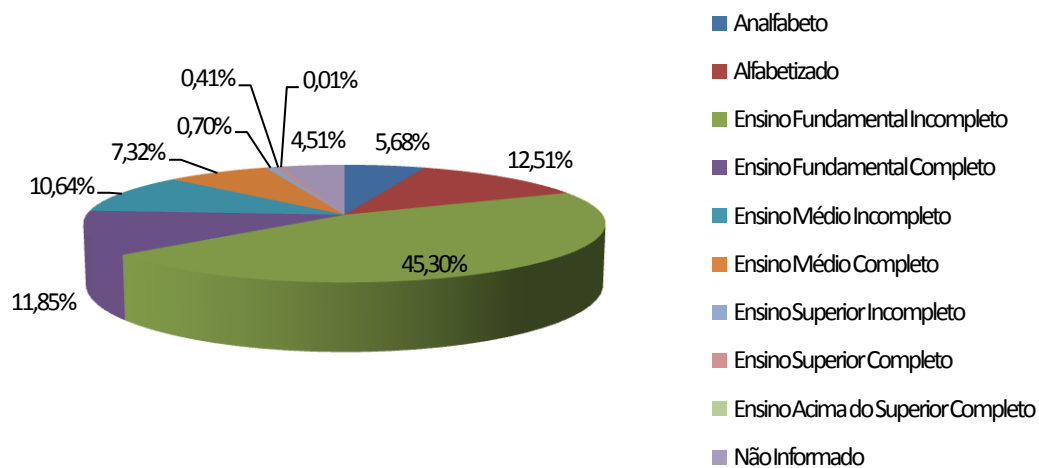
<sup>114</sup> Dados extraídos do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>> Acesso em: 9 de mar. de 2011.

### Gênero

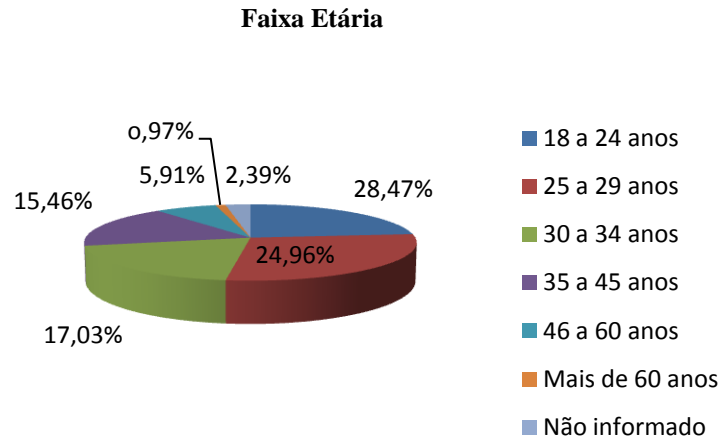


b) Do total de 445.705 presos custodiados pelo sistema penitenciário nacional, o número de presos analfabetos corresponde a 25.319, de presos alfabetizados a 55.783, de presos com ensino fundamental incompleto a 201.938, de presos com ensino fundamental completo a 52.826, de presos com ensino médio incompleto a 47.461, de presos com ensino médio completo a 32.661, de presos com ensino superior incompleto a 3.134, de presos com ensino superior completo a 1.829, de presos com ensino acima do superior completo a 72 e os que não informaram a 20.125 presos.

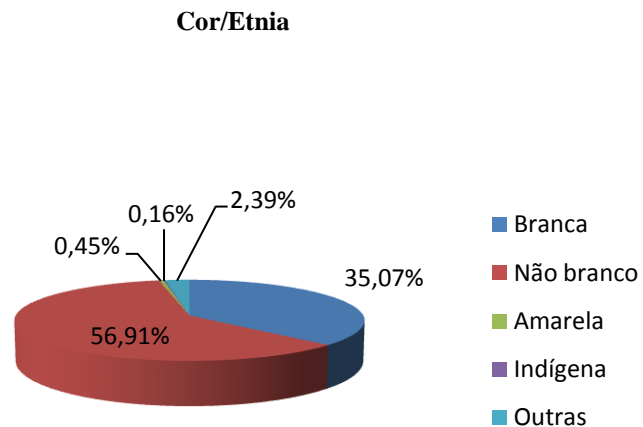
### Grau de Escolaridade



c) Do total de 445.705 presos custodiados pelo sistema penitenciário nacional, o número de presos entre 18 e 24 anos corresponde a 126.929, de presos entre 25 e 29 anos a 111.288, de presos entre 30 a 34 anos a 75.945, de presos entre 35 e 45 anos a 68.920, de presos entre 46 e 60 anos a 26.367, de presos com mais de 60 anos a 4.343 e os que não informaram a 10.676 presos.



d) Do total de 445.705 presos custodiados pelo sistema penitenciário nacional, o número de presos de cor branca corresponde a 156.353, de presos não brancos a 252.796, de presos de cor amarela a 2.006, de presos indígenas a 748 e a 10.686 presos identificados em outra cor ou etnia.



### **3.2 Comentários a respeito dos dados estatísticos apresentados: contrapontos entre a perspectiva da doutrina penal tradicional e da doutrina penal crítica**

Observando os dados apresentados, é possível afirmar, em um primeiro momento, que o perfil dos presos no Brasil é, majoritariamente, de gênero masculino, não branco, entre 18 e 24 anos com ensino fundamental incompleto. Logo, conclui-se que a criminalidade é maior entre esse perfil de homem, que são os que cometem mais crimes e devem, portanto, ser os mais vigiados para que a criminalidade possa ser diminuída no meio social.

Essa interpretação pode levar a diversos outros entendimentos, sendo que a simples análise dos dados nós leva a crer que os homens cometem mais crimes que as mulheres, os que possuem ensino fundamental incompleto mais que os que possuem maior grau de instrução, os jovens entre 18 e 24 anos mais que os de outra idade e os não brancos mais que os de outra cor. O que acaba, também, por nos conduzir a outras associações, como a de que a criminalidade está diretamente relacionada com a pobreza, idade e falta de educação escolar e, pior, a de que a criminalidade não ocorre, ou ocorre em pouquíssimas exceções, entre os ricos idosos e os com alto grau de instrução escolar.

Tais conclusões são possíveis quando a leitura dos dados é feita de maneira acrítica, interpretando-se as estatísticas sem a elaboração de questionamentos a respeito de possíveis fatores que possam influenciar seus resultados. São afirmações que são construídas quando se acredita na ideologia do Direito Penal, quando se acredita que o dever ser é identificado com a atividade das instâncias de controle, quando se acredita na atuação do sistema estatal de segurança como um sistema igualitário e de aplicação geral.

Porém, essas conclusões mostram uma análise superficial da situação, relatando uma visão sem nenhuma reflexão sobre os dados e absolutamente distante da realidade. Ideias como essas tomam grande parte do imaginário social, que acredita que o crime é um fato quase que exclusivo de um determinado grupo da sociedade, normalmente o dos menos favorecidos, afastando da imagem dos estratos médio e alto a característica de infrator, criando, assim, o estereótipo do delinquente, que se torna o indivíduo majoritariamente perseguido pelas instâncias de controle por possuir determinadas características. Para Eugênio Zaffaroni:

Por tratar-se de pessoas *desvaloradas*, é possível associar-lhes todas as cargas negativas existentes na sociedade sob a forma de *preconceitos*, o que resulta em fixar uma *imagem pública do delinqüente* como componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos. O estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas *uniformidades da população penitenciária* associada a desvalores estéticos (pessoas feias), que o biologismo criminológico considerou causas do delito quando, na realidade, eram *causas da criminalização* [...].<sup>115</sup> (grifos no original)

Existem diversos casos que podem ilustrar essa formação da figura do homem delinquente que é construída pelo senso comum, por exemplo, a forma espantosa como são tratados pela mídia alguns casos, como assaltos feitos por bandido que se vestem com terno e gravata, médicos que abusam de pacientes, homens de classe média que fazem parte de esquemas de tráfico de drogas, entre tantos outros. Esses exemplos retratam a figura do delinquente que ocupa o imaginário social, levando a crer que bandidos não usam terno e gravata e os homens que usam, bandidos não são, que médicos são homens com estudos, homens respeitáveis, e por isso não delinquem, que o tráfico de drogas é algo para os desprovidos de recursos econômicos, sem estudos, geralmente, moradores de subúrbios e favelas.

Em razão de pensamentos assim é que existe tanta perplexidade social quando ocorre um crime cometido por alguém de alta classe econômica, com estudos e boa aparência, pensa-se que a infração não pertence aos elevados estratos sociais e, caso algum delito seja cometido por esse grupo, ocorre apenas de forma excepcional.

Importante perceber que essa visão de delinquência compartilhada pelo senso comum faz parte também da construção da ideia de criminoso que vários profissionais da área jurídica possuem, pois acreditam na ideologia do Direito Penal e não são capazes de perceber a realidade do sistema penal e as diversas situações que influenciam os resultados das aplicações das penas, atuando de forma alienada e irreflexiva, perpetuando pensamentos superficiais e preconceituosos.

Deste modo, analisando os dados expostos a respeito da população carcerária, é notório que o perfil dos presos não se trata de uma intenção de punir os infratores ou de prevenir crimes e ressocializar condenados, mas apenas de administrar interesses sociais, políticos e econômicos, de acordo com os desejos do grupo dominante, que buscam manter as relações

---

<sup>115</sup> Idem, p. 46.



sociais já existentes, garantindo a manutenção do poder, punindo os membros das classes sociais miseráveis e mais vulneráveis, dando ao sistema penal uma falsa aparência de eficiência e distribuindo desigualmente o rótulo de criminoso, formando a imagem do inimigo social, que deve ser perseguido pelos órgãos oficiais de controle, e afastando dos altos estratos sociais qualquer vinculação ao crime e ao cárcere, pois:

O estereótipo criminal se compõe de caracteres que correspondem a pessoas em posição social desvantajosa e, por conseguinte, com educação primitiva, cujos eventuais delitos, em geral, apenas podem ser obras toscas, o que só faz reforçar ainda mais os preconceitos racistas e de classe, à medida que a comunicação oculta o resto dos ilícitos cometidos por outras pessoas de uma maneira menos grosseira e mostra as obras toscas como os únicos delitos. Isso leva à conclusão pública de que a delinquência se restringe aos segmentos subalternos da sociedade, e este conceito acaba sendo assumido por equivocados pensamentos humanistas que afirmam serem a pobreza, a educação deficiente etc., as causas do delito, quando na realidade, são estas, junto ao próprio sistema penal, fatores condicionantes dos ilícitos desses segmentos sociais, mas, sobretudo, de sua criminalização, ao lado da qual se espelha, impune, todo o imenso oceano de ilícitos de outros segmentos, que os cometem com menor rudeza ou mesmo com refinamento.<sup>116</sup>

Portanto, o perfil da população carcerária não corresponde ao perfil do criminoso, mas ao perfil da população perseguida pelos órgãos de controle. O Direito Penal possui a determinação expressa de atenção ao princípio da igualdade, mas esse princípio está apenas no imaginário, na idealização e não na aplicação da lei penal, pois o fato de a população carcerária ser predominantemente de estratos miseráveis não se trata de coincidência, mas de escolha e de seleção dos órgãos estatais de segurança pública. A criminalidade não é fato exclusivo de alguns, mas o aprisionamento sim, a atuação seletiva das instituições oficiais de controle é evidente, buscam os delitos em alguns homens somente, punindo-os e construindo a falsa ideia de funcionamento do sistema, que escolhe seus alvos e deixa tantos outros infratores ilesos.

As normas são espelhos dos interesses de quem tem o poder de instituir obrigações sociais, que, caso não cumpridas, são passíveis de sanções determinadas também por esses mesmos poderosos instituidores. O ordenamento jurídico se funda nos valores e interesses dos homens que tem o poder e são impostos a todos os indivíduos do meio social, mesmo aos que não compartilham dos mesmos valores e interesses dos determinadores. Ao ser encarada como

---

<sup>116</sup> Idem, p. 48.

uma forma de proteção de interesses do grupo dominante, a imposição legal e sua aplicação devem ser observadas com cautela pelo estudante de Direito, futuro profissional apto a lidar com as diversas situações de aplicação da norma. E em particular no Direito Penal, em que há a possibilidade de os direitos fundamentais do indivíduo serem cerceados, o pensamento crítico deve estar sempre presente nas reflexões do estudante, percebendo o contraste entre o Direito declarado e o Direito aplicado, pois essa visão possibilita que o profissional tenha a percepção do que defende, de quais interesses sociais protege e a quais consequências seus atos podem levar.

Por ser o Direito Penal o ramo do Direito que busca resguardar os bens jurídicos considerados de maior importância para a coletividade (como, a vida, a integridade física, a liberdade individual, entre outros) e que possibilita, em caso de violação de um desses bens, a aplicação de uma penalidade determinada oficialmente por lei, é que o estudo e a crítica do Direito Penal se tornam tão imprescindíveis.

A lei penal é a que autoriza, mediante instituição normativa do grupo social dominante, a aplicação de uma sanção aos que a violarem, cobrindo de legalidade ato que, de outro modo, não poderia ser juridicamente aceito. Assim, enxergar essas possibilidades permite a atuação jurídica profissional não alienada e próxima à realidade. O pensamento sobre o que se faz e o que se defende permite que cada uma das atitudes do profissional seja uma prática cidadã e, principalmente, uma prática consciente.

No caso do estudo universitário, debates e discussões permitem enxergar situações que o estudo dogmático, descontextualizado e unidisciplinar da lei não possibilitam. Os manuais de Direito Penal tratam da abordagem da lei de forma romantizada, apresentando definições como verdades que são aplicadas em todas as situações, tratando de conceitos absolutos, sem que seja desenvolvida uma análise das reais condições de aplicação das leis.

Para o atuante da área jurídica esses questionamentos são fundamentais, pois seu exercício profissional não pode ser levado pela formação de rótulos do senso comum. Como defender direitos desconhecidos, como defender posicionamentos que legitimam todo um sistema e uma manutenção de poder sem ao menos ter conhecimento de quais interesses os fundamentam. Para o profissional cidadão o exercício alienado perde todo seu sentido, não sendo, o atuante

acrítico, um defensor da justiça, mas um defensor de leis expostas somente, apenas um reprodutor de interesses.

Quando um trabalho é exercido sem reflexão, o que é feito legitima as relações sociais já existentes, reafirma interesses, perpetua a desigualdade e a desconstrução de um ideal de Democracia. O exercício da atividade jurídica em busca de justiça, de igualdade social e de cidadania não pode ser alcançado por uma atuação conformista, que não pensa as próprias atitudes tomadas nem seus reflexos sociais.

A questão central, portanto, é permitir que o profissional perceba todas as diversas questões sociais que se relacionam com o sistema penal para que possa exercer um juízo crítico a respeito e ter consciência de quais direitos defende e por qual justiça atua. É preciso ter consciência das atitudes tomadas, pois essas atitudes trazem consigo inúmeras consequências, que refletem em toda a coletividade.

## Conclusão

Em face da discussão exposta, podemos perceber a que passos andam o estudo do Direito atualmente, deixando, em muitos casos, de ser Ciência em busca de justiça, cidadania e igualdade, para se tornar ensino mecânico e acrítico, transmitindo aos seus estudantes um conhecimento alheio a própria sociedade, razão de ser do Direito. A descontextualização, o dogmatismo e a unidisciplinariedade, característicos do ensino jurídico como um todo, passam a compor não só o estudo do Direito, mas toda a forma de pensar do profissional, que permanece limitado a uma visão restrita de mundo.

A opção da literatura realizada pelo estudante, tanto pela instituição de ensino quanto pelo próprio estudante, é fator determinante em sua capacidade de pensar as questões em análise, pois na área jurídica existem diversas literaturas que desenvolvem seus temas apenas em torno do que diz a lei, deixando de lado toda a aplicação real das normas, criando uma imagem idealizada e romantizada das normas jurídicas, que fazem acreditar em um Direito que só existe no papel, afastando o profissional de reflexões fundamentais que possibilitem a compreensão real do sistema jurídico.

No caso específico do sistema penal é importante que possamos perceber que os homens não são vistos de forma igual dentro meio social e que cada grupo é tratado diferentemente em razão de suas particularidades. Ainda que haja a declaração constitucional expressa da igualdade entre os homens, que deve, ao menos em tese, ser sempre observada na aplicação do Direito, o sistema penal se mostra absolutamente desigual e seletivo, já que não pune todos os que delinquem, selecionando a população carcerária e criando os rótulos de criminoso, alimentando o imaginário social a respeito da figura do homem delinquente.

Ainda, a pena, que originariamente é identificada com a retribuição, a prevenção e a ressocialização, pode ser vista como uma resposta do Estado absolutamente ineficiente e que está muito distante de alcançar seus fins, pois não é capaz de prevenir crimes, de ressocializar o indivíduo delinquente, nem de solucionar os danos causados a vítima, não trazendo nenhum retorno positivo para o infrator, para a vítima ou para a sociedade como um

todo. Assim, a pena permanece reafirmando os valores do sistema penal de forma enganosa, passando uma imagem de eficiência que não corresponde à realidade.

De modo geral, acredita-se que a pena é uma resposta efetiva e capaz de resolver as questões da violência, defendendo-se a todo tempo a criação de leis mais rigorosas e penas mais severas<sup>117</sup> como se isso fosse realmente mudar a situação de violência que hoje vivemos.

A questão central está no compartilhamento dessas noções de senso comum pelos profissionais de Direito, pois, na administração da justiça, o profissional não pode se ater a questões superficiais, que retratem um conhecimento inconsistente sobre o sistema penal e sua aplicação. É preciso perceber o quão importante uma condenação penal é para o indivíduo condenado, a privação da liberdade não é algo que possa ser recuperada ou de alguma forma recompensada, devendo ocorrer sempre sob critérios rígidos e não com fundamento em questões preconceituosas como as que hoje movimentam o sistema penal. A determinação judicial de uma punição que limite a liberdade de um indivíduo é um fator de alta relevância e devemos estar cientes que uma condenação penal está longe de possibilitar qualquer tipo de recuperação a qualquer pessoa, pois esses anos de aprisionamento são capazes de transformar de modo definitivo a vida do condenado, transformação que jamais poderá ser compensada e recuperada e que não esgota seus resultados apenas no indivíduo apenado, mas influencia todo o comportamento da sociedade e do sistema penal, perpetuando uma atuação seletiva, preconceituosa e ineficiente.

A população carcerária não é fruto do exercício das instâncias oficiais de controle de acordo com as determinações legais, mas é selecionada dentro do meio social, estigmatizando os estratos mais miseráveis e apresentando a criminalidade como uma característica da pobreza, o que não evita novos delitos nem diminui a criminalidade, mas sim a aumenta, pois os punidos não são recuperados, mas fixados na carreira delitiva e os criminosos que não são alcançados pelo sistema penal permanecem ilesos e sem punição.

---

<sup>117</sup> Como os casos da lei de crimes hediondos (Lei 8.072/90) e da lei de tráfico de drogas (Lei 11.343/06), que atribuiu às condutas penais tratamentos mais rigorosos.

Devemos pensar, também, sobre a razão de alguns terem um poder tão intenso sobre outros, como é o caso das condenações penais, pois uma questão tão importante quanto essa não pode ser realizada sob fundamentos tão frágeis, discriminatórios e preconceituosos, já que a incidência penal não ocorre sob os critérios da lei, não há igualdade, não há prevenção, não há recuperação. O homem (Estado/juiz) pode tirar a liberdade do homem (indivíduo infrator) quando feito de acordo com a lei, observado a igualdade, a imparcialidade e os fins que a pena se propõe a garantir, questiona-se, então, que poder é esse que por tanto tempo tem se afirmado em fundamentos imaginários, determinando a privação de liberdade de tantas pessoas.

Dentro de um Estado Democrático Direito, como o Brasil, em que a igualdade é um princípio fundamental que deve ser perseguido na administração da justiça, a liberdade do homem deve ser um bem essencial, que não pode ser retirado em condições de fragilidades jurídicas como as do atual modelo penal, mas que deve ser protegida e entendida como um bem fundamental para o homem, pois:

No Estado de direito democrático, a liberdade é um valor insubstituível. O reconhecimento da liberdade do indivíduo como valor fundamental é inseparável do reconhecimento de sua dignidade. A liberdade, que implica a autodeterminação e a capacidade de escolha, é inerente à dignidade. A própria existência da democracia, de um Estado de direito democrático, depende da liberdade individual.<sup>118</sup>

Deste modo, se temos em nossa Constituição estabelecidas as garantias fundamentais dos indivíduos e a entendemos como lei fundamental de vivência em sociedade, como os próprios profissionais do Direito podem atuar contrariamente a ela, reafirmando um sistema falso, que se baseia em princípios que não segue, mas os apresenta como verdadeiros, ficando apenas no imaginário a questão da real Democracia. Para os profissionais da área jurídica, ou se identifica a completa ineficiência e fragilidade do sistema penal e persegue mudanças, ou se conforma com a totalitária instituição de poderes de uma classe sobre outras e defende-se, portanto, uma outra lei fundamental, e não esta hoje vigente. A continuidade do sistema penal como é aplicado hoje é incompatível com o Estado Democrático de Direito que estamos tentando, fracassadamente, construir. Para Eugenio Raúl Zaffaroni:

---

<sup>118</sup> KARAM, Maria Lúcia. Ob. cit., 2009, p. 6.

Hoje, temos consciência de que a realidade operacional de nossos sistemas penais jamais poderá adequar-se à planificação do discurso jurídico-penal, e de que todos os sistemas apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico-penal e que, por construírem marcas de sua essência, não podem ser eliminadas, sem a supressão dos próprios sistemas penais. A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias *não são características conjunturais, mas estruturais do exercício do poder de todos os sistemas penais.*<sup>119</sup> (grifo no original)

Possíveis mudanças não são fáceis e não virão de forma simples. Mudanças no Direito Penal são difíceis em razão do alto grau de emoção social que o crime provoca, as pessoas se envolvem com os delitos e não conseguem enxergar as consequências das ações dos sistemas penais. Frente a um crime a sociedade precisa de uma resposta do Estado para que possa, mesmo que de maneira falseada, ter a sensação de proteção e de justiça, a sociedade precisa da aplicação de uma pena para que possa sentir que o mal feito foi, de alguma forma, compensado, ainda que não venha a trazer benefícios futuros.

Para o leigo em conhecimentos jurídicos, o compartilhamento dessas ideias de senso comum são, de certo modo, aceitáveis, mas para o profissional da área jurídica, defensor dos interesses sociais, não é de modo algum aceitável que baseie sua atuação em preconceitos sociais. O estudante de Direito e futuro atuante precisa conhecer seu campo de trabalho e compreender as relações que o influencia.

Assim, é preciso que seja repensada a formação dos estudantes de Direito, os estudos são os primeiros passos do profissional, são seu primeiro contato com as Ciências Jurídicas, já formando ideias e concepções, por isso é de extrema importância que o estudante tenha, desde o início do curso, a instigação à crítica, ao questionamento e à reflexão, o estudante deve querer conhecer o Direito e não decorá-lo somente.

Para que possamos chegar um pouco mais perto dos ideais democráticos defendidos em nossa Constituição, para que possamos defender a liberdade como um bem fundamental para o ser humano e a igualdade entre os homens é necessário que os profissionais

---

<sup>119</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das Penas Perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 15.

do Direito, como atuantes essenciais de cidadania e justiça, sejam capazes de pensar seus atos, pensar quais direitos defendem e a quais resultados suas atividades levarão, é preciso que os estudantes não venham a ser profissionais de leis, mas que sejam fundamentalmente profissionais de Direito.



## Referências

- AGUIAR, Roberto A. R. de. A contemporaneidade e o perfil do advogado. In: **OAB ensino jurídico**: novas diretrizes curriculares. Brasília: Conselho Federal da OAB , 1996.
- AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão da Segurança Jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BATISTA, Nilo. **Punidos e Mal Pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral 1. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL, sozinho, tem mais faculdades de Direito que todos os países. OAB: Notícias. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia.asp?id=20734>>. Acesso em: 22 de abr. de 2011.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral, volume 1. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COSTA JUNIOR, Paulo José da. **Curso de Direito Penal**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIA, José Eduardo. **A Reforma do Ensino Jurídico**. Porto Alegre: S.A.F.E., 1987.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

JESUS, Damásio. **Direito Penal**: parte geral. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KARAM, Maria Lúcia. **Escritos Sobre a Liberdade**: Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LIMA, Ernando Uchoa. Apresentação. In: **OAB ensino jurídico**: novas diretrizes curriculares. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1996.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÔRTO, Inês da Fonseca. **Ensino jurídico, diálogos com a imaginação**: construção do projeto didático no ensino jurídico. Porto Alegre: S.A.F.E., 2000.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: volume 1. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal**: parte geral. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SANTOS, André Luiz Lopes dos. **Ensino Jurídico**: uma abordagem político-educacional. Campinas: Edicamp, 2002.

SISTEMA prisional: Relatórios estatísticos – Brasil, dez/10. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 22 de abr. de 2011.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Ensino jurídico: pesquisa e interdisciplinaridade. In: **OAB ensino jurídico**: novas diretrizes curriculares. Brasília: Conselho Federal da OAB , 1996.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2002.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das Penas Perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo, et al. **Direito Penal Brasileiro**: teoria geral do direito penal, volume 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: Parte Geral. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Anexo - Planos de ensino das matérias de Direito Penal do Centro Universitário de Brasília – UniCeub e da Universidade de Brasília – Unb.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS**

Curso: <b>DIREITO</b>	Créditos: <b>05</b>	Carga Horária: <b>075</b>
Disciplina: <b>DIREITO PENAL – TEORIA DO CRIME</b>	Pré – Requisito: <b>Introdução ao Direito</b>	

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**EMENTA:** Introdução ao Direito Penal a partir de sua conexão com outras áreas do conhecimento e do próprio Direito. Direito Penal da Constituição. Teoria do crime: conceitos e elementos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. Introdução ao estudo do Direito Penal contemporâneo:**

- 1.1. Direito Penal e controle social;
- 1.2. Relação entre Direito Penal, Política Criminal e Criminologia;
- 1.3. Conceito de infração penal: conceito legal (crime e contravenção), formal/analítico, material e definitorial;
- 1.4. Sujeitos ativo e passivo: responsabilidade penal da pessoa jurídica. Sanção penal: penas e medidas de segurança. Bem jurídico.

**2. Direito Penal e Constituição. Princípios constitucionais penais:**

- 2.1. O princípio da legalidade: reserva legal, retroatividade, taxatividade;
- 2.2. O princípio da proporcionalidade (em sentido amplo): necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito;
- 2.3. O princípio da insignificância e adequação social;
- 2.4. O princípio *ne bis in idem*;
- 2.5. O princípio da responsabilidade penal subjetiva;
- 2.6. O princípio da lesividade/ofensividade;
- 2.7. O princípio da humanidade das penas.

**3. Aplicação da lei penal:**

- 3.1. A lei penal no tempo e no espaço;
- 3.3. Pena cumprida no estrangeiro;
- 3.4. Eficácia da sentença estrangeira.

**4. Hermenêutica jurídico-penal:**

- 4.1. Espécies de interpretação;
- 4.2. Métodos de interpretação;
- 4.3. Analogia e interpretação analógica;
- 4.4. A hermenêutica contemporânea;
- 4.5. Interpretação e princípios penais (Garantismo Penal);
- 4.6. Conflito aparente de normas: princípios aplicáveis.

**5. Teoria do delito:**

- 5.1. Causalismo, finalismo, funcionalismo;
- 5.2. Caráter instrumental da dogmática penal/limites da dogmática;



#### PROGRAMA DE DISCIPLINA

- 5.3. Conceitos básicos: tipicidade, ilicitude e culpabilidade;
- 5.4. Evolução do conceito de tipo: o tipo como indício da ilicitude, o tipo como razão essencial da ilicitude;
- 5.5. Teoria da tipicidade conglobante;
- 5.6. Teoria dos elementos negativos do tipo.

#### 6. Fato típico:

- 6.1. Conduta;
- 6.2. Relação de causalidade;
- 6.3. Resultado;
- 6.4. Tipicidade.

#### 7. Consumação e tentativa:

- 7.1. Consumação e tentativa;
- 7.2. Desistência voluntária;
- 7.3. Arrependimento eficaz;
- 7.4. Arrependimento posterior;
- 7.5. Crime impossível.

#### 8. Concurso de pessoas:

- 8.1. Teorias;
- 8.2. Autoria e participação;
- 8.3. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis.

#### 9. Erro no Direito Penal:

- 9.1. Erro de tipo;
- 9.2. Erro de proibição;
- 9.3. Discriminantes putativas;
- 9.4. Erro provocado;
- 9.5. Erro sobre a pessoa;
- 9.6. *Aberratio ictus e aberratio delicti*.

#### 10. Ilicitude:

- 10.1. Conceito;
- 10.2. Exclusão da ilicitude;
- 10.3. O estado de necessidade;
- 10.4. A legítima defesa;
- 10.5. O estrito cumprimento do dever legal;
- 10.6. O exercício regular de Direito;
- 10.7. O consentimento do ofendido;
- 10.8. O excesso nas excludentes de ilicitude.

#### 11. Culpabilidade:

- 11.1. Conceito e teorias;
- 11.2. Imputabilidade e imputabilidade – espécies;

### PROGRAMA DE DISCIPLINA

- 11.3. Elementos da culpabilidade;  
 11.3.1. Potencial consciência da ilicitude;  
 11.3.2. Exigibilidade de conduta conforme o Direito;  
 11.4. Causas legais de exclusão da culpabilidade;  
 11.5. Causas supra-legais de exclusão da culpabilidade.

#### BIBLIOGRAFIA:

##### Básica:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2006.  
 PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.  
 QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal*: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2006.  
 ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Lisboa: Vega, 1993.  
 SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*: parte geral. Curitiba: Lumen Júris, 2006.  
 TAVARES, Juarez. *Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.  
 ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo et alli. *Direito Penal brasileiro I*. Rio de Janeiro, 2004.

##### Complementar:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2001.  
 COSTA, Álvaro Mayrink da. *Direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.  
 COSTA JÚNIOR, Paulo José da. *Curso de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1991.  
 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.  
 FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. São Paulo: RT, 2006.  
 GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antônio e GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. São Paulo: RT, 2006.  
 GOMES, Luiz Flávio. *Norma penal e bem jurídico no Direito Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.  
 MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.  
 QUEIROZ, Paulo de Souza. *Funções do Direito Penal*: legitimação “versus” deslegitimação do sistema penal. Rio de Janeiro: Del Rey, 2001.  
 REALE JÚNIOR, Miguel. *Teoria do delito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.  
 ROXIN, Claus. *Política criminal e sistema jurídico-penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.  
 SCHMIDT, Andrei. *O princípio da legalidade no estado democrático de direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.  
 SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.  
 TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1994.  
 WELZEL, Hans. *Direito Penal*. Campinas: Romana, 2003.  
 \_\_\_\_\_. *O novo sistema jurídico penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.  
 ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

Curso: <b>DIREITO</b>	Créditos: <b>05</b>	Carga Horária: <b>075</b>
Disciplina: <b>DIREITO PENAL – TEORIA DA PENA</b>	Pré - Requisito: <b>Direito Penal – Teoria do Crime</b>	

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**EMENTA:**

Teoria da pena. Finalidade e fundamentos. Teorias. Espécies. Sistemas penitenciários e regimes de cumprimento. Aplicação da lei penal. Efeitos da condenação. Medidas de segurança. Ação penal. Punibilidade e sua extinção.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**I - A Teoria da Pena**

1. História
2. A finalidade e as teorias da pena
  - 2.1. Teorias absolutas
  - 2.2. Teorias relativas
  - 2.3. Teorias mistas
  - 2.4. Teoria unificadora dialética de Claus Roxin
  - 2.5. O Direito Penal simbólico: a teoria da prevenção positiva
3. Conceito e características
4. Classificação
5. Os sistemas penitenciários

**II - As Penas Privativas de Liberdade**

1. Reclusão e detenção
2. O sistema progressivo brasileiro e os regimes prisionais - regras
3. O Direito ao trabalho e a remição
4. Detração
5. Direitos do preso

**III - As Penas Restritivas de Direitos**

1. Condições de substituição da pena privativa de liberdade
2. Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de Direito
3. A transação nos crimes de menor potencial ofensivo
4. Espécies de penas restritivas de Direitos - conceito, regras e conversão em privativa de liberdade

**IV - A Pena de Multa**

1. História
2. Conceito
3. Cominação
4. Pagamento
5. Suspensão da execução

**V - A Aplicação da Pena**

1. Noções gerais
2. O cálculo da pena
3. A fixação da pena-base - as circunstâncias judiciais
4. As circunstâncias agravantes e as atenuantes





5. As causas de aumento e as de diminuição
6. A substituição por pena restritiva de direito ou a fixação do regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade
7. O concurso de crimes
  - 7.1. Concurso material
  - 7.2. Concurso formal
  - 7.3. Crime continuado
8. O erro na execução - aberratio ictus e aberratio delicti
9. O limite das penas privativas de liberdade
10. A aplicação da pena de multa

#### **VI - A Suspensão Condicional da Pena**

#### **VII - O Livramento Condicional**

#### **VIII - Os Efeitos da Condenação e a Reabilitação**

#### **IX - As Medidas de Segurança**

1. Conceito
2. Aplicação, execução, revogação
3. Espécies

#### **X - A Ação Penal**

1. Pública incondicionada
2. Pública condicionada
3. Privada

#### **XI - A Punibilidade**

1. Conceito
2. Condições objetivas de punibilidade
3. Escusas absolutórias

#### **XII - Extinção da Punibilidade**

1. Perdão judicial
2. Morte do agente
3. Anistia, graça e indulto
4. Renúncia e perdão
5. Decadência e preempção
6. Retratação do agente
7. Casamento subsequente

#### **XIII - A Suspensão Condicional do Processo Penal**

1. Conceito e natureza jurídica
2. Requisitos
3. Efeitos

#### **XIV - A Prescrição**

1. Conceito e natureza jurídica
2. Pretensão punitiva e pretensão executória
3. Imprescritibilidade

4. Prescrição retroativa
5. Prescrição antecipada
6. Causas suspensivas e interruptivas

**BIBLIOGRAFIA****Básica:**

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. Vol I. São Paulo: Saraiva, 2002.  
MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*: Parte Geral. Vol I. São Paulo: Atlas, 2002.  
ZAFFARONI, Eugenio Raúl ; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

**Complementar:**

TELES, Ney Moura Teles. *Direito Penal*: Parte Geral. Vol II. São Paulo: Atlas, 1998.  
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

Curso: <b>DIREITO</b>	Créditos: <b>05</b>	Carga Horária: <b>075</b>
Disciplina: <b>DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL I</b>	Pré - Requisito: <b>Direito Penal – Teoria da Pena</b>	

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**EMENTA:**

Os crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Tipicidade. Ilicitude. Culpabilidade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**1. Homicídio**

- 1.1. Simples
- 1.1. Privilegiados
- 1.2. Qualificados
- 1.3. Culposos

**2. Outros Crimes Contra a Vida**

- 2.1. Participação em suicídio
- 2.2. Infanticídio
- 2.3. Aborto

**3. Lesões Corporais**

- 3.1. Leves
- 3.2. Graves
- 3.3. Gravíssimas
- 3.4. Seguida de morte
- 3.5. Culposa

**4. Crimes de Perigo**

- 4.1. De contágio venéreo
- 4.2. De contágio de moléstia grave
- 4.3. Para a vida ou saúde
- 4.4. Abandono de incapaz
- 4.5. Abandono de recém nascido
- 4.6. Omissão de socorro
- 4.7. Maus tratos

**5. Rixa**

**6. Crimes Contra a Honra**

- 6.1. Calúnia
- 6.2. Difamação
- 6.3. Injúria



**7. Crimes Contra a Liberdade Individual**

- 7.1. Contra a liberdade pessoal
- 7.2. Violação de domicílio
- 7.3. Contra a inviolabilidade de correspondência
- 7.4. Contra a inviolabilidade dos segredos

**8. Crimes Contra o Patrimônio**

- 8.1. Furto
- 8.2. Roubo
- 8.3. Extorsão
- 8.4. Extorsão mediante seqüestro
- 8.5. Extorsão indireta
- 8.6. Da usurpação
- 8.7. Do dano
- 8.8. Da apropriação indébita
- 8.9. Estelionato e outras fraudes
- 8.10. Receptação

**9. Crimes Contra a Propriedade Imaterial****10. Crimes Contra a Organização do Trabalho****11. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos**

Observação: esta disciplina contempla o estudo sistematizado dos crimes em espécie, com a análise detalhada de cada um dos tipos legais de crime, da tipicidade, da ilicitude e da culpabilidade. Como roteiro geral a matéria será exposta com a observância da seguinte ordem, no que for pertinente, com a exclusões dos itens que não se aplicam ou não tiverem relevância ao tipo particular:

**TIPICIDADE**

- 1. Sujeitos do crime
- 2. Objeto jurídico e objeto material
- 3. Elemento subjetivo (o dolo) ou elemento normativo (culpa, *strictu sensu*) e outros elementos do tipo: objetivos, normativos e subjetivos
- 4. Resultado e nexos de causalidade
- 5. Tentativa
- 6. Concurso de pessoas
- 7. Concurso de crimes e erro na execução (*aberratio ictus* e *aberratio delictis*)
- 8. Conflito aparente de normas
- 9. Formas privilegiadas
- 10. Formas qualificadas
- 11. Outras causas de diminuição e de aumento

**ILICITUDE**

1. Estado de necessidade
2. Legítima defesa
3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal
4. Excludentes previstas na parte especial
5. Excesso na excludente

**CULPABILIDADE**

1. Imputabilidade
2. Erro de proibição
3. Discriminantes putativas
4. Coação moral irresistível e obediência hierárquica
5. Causas supra-legais de exclusão da culpabilidade
6. Punibilidade-extinção específica

**ALGUMAS QUESTÕES PROCESSUAIS**

1. Ação penal. Iniciativa
2. Incidentes

**BIBLIOGRAFIA****Básica:**

- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. Vol II e Vol III. São Paulo: Saraiva, 2001.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. Vol II. São Paulo: Atlas, 2002.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal*. Vol II e Vol III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

**Complementar:**

- COSTA JÚNIOR, José da. *Curso de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais de Direito Penal revisitado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- FRANCO, Alberto Silva. *Crimes hediondos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- NORONHA, Magalhães. *Direito Penal*. Vol II e Vol III. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 2002.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

Curso: <b>DIREITO</b>	Créditos: <b>05</b>	Carga Horária: <b>075</b>
Disciplina: <b>DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL II</b>	Pré - Requisito: <b>Direito Penal – Parte Especial I</b>	

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

**EMENTA:**

Esta disciplina contempla o estudo sistematizado de crimes em espécie, com a análise detalhada de cada um dos tipos legais de crimes, da tipicidade e da culpabilidade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Crimes Contra os Costumes
2. Lenocínio e Tráfico de Mulheres
3. Ultraje Público ao Pudor
4. Crimes Contra a Família
5. Crimes Contra o Estado de Filiação
6. Crimes Contra a Assistência Familiar
7. Crimes Contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela
8. Crimes Contra a Incolumidade Pública
9. Crimes Contra a Paz Pública
10. Crimes Contra a Fé Pública
11. Crimes Contra a Administração Pública
12. Crimes Praticados por Particular Contra a Administração
13. Crimes contra a administração da justiça

Observação: esta disciplina contempla o estudo sistematizado dos crimes em espécie, com a análise detalhada de cada um dos tipos legais de crime, da tipicidade, da ilicitude e da culpabilidade. Como roteiro geral a matéria será exposta com a observância da seguinte ordem, no que for pertinente, com a exclusões dos itens que não se aplicam ou não tiverem relevância ao tipo particular:

**TIPICIDADE**

1. Sujeitos do crime
2. Objeto jurídico e objeto material
3. Elemento subjetivo (o dolo) ou elemento normativo (culpa, *strictu sensu*) e outros elementos do tipo: objetivos, normativos e subjetivos



4. Resultado e nexo de causalidade
5. Tentativa
6. Concurso de pessoas
7. Concurso de crimes e erro na execução (*aberratio ictus* e *aberratio delictis*)
8. Conflito aparente de normas
9. Formas privilegiadas
10. Formas qualificadas
11. Outras causas de diminuição e de aumento

#### **ILICITUDE**

1. Estado de necessidade
2. Legítima defesa
3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal
4. Excludentes previstas na parte especial
5. Excesso na excludente

#### **CULPABILIDADE**

1. Imputabilidade
2. Erro de proibição
3. Discriminantes putativas
4. Coação moral irresistível e obediência hierárquica
5. Causas supra-legais de exclusão da culpabilidade
6. Punibilidade-extinção específica

#### **ALGUMAS QUESTÕES PROCESSUAIS**

1. Ação penal. Iniciativa
2. Incidentes

#### **BIBLIOGRAFIA**

##### **Básica:**

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. Vols. III e IV. São Paulo: Saraiva, 1999.  
MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. Vol. III. São Paulo: Atlas, 2001.  
PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal*. Vol. IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

##### **Complementar:**

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.  
NORONHA, Magalhães. *Direito Penal*. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2001.

26/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...



**Universidade de Brasília - UnB**  
 Decanato de Ensino de Graduação - DEG  
 Secretaria de Administração Acadêmica - SAA



**Seja bem-vindo(a).**  
 Para ter acesso ao menu de Aluno, faça o login.  
 clique aqui para fazer o login.

**Período Atual**  
 2011/1

**Disciplina - Listagem de Ementa/Programa**  
**Disciplina: 184888 - TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL**  
**(Ver Oferta)**

**Graduação**

- ☐ Curso
- ☐ Oferta
- ☐ Telefones
- ☐ Calendário
- ☐ Mensagem da SAA
- ☐ Benefícios DAC

<b>Órgão:</b>	FDD - Faculdade de Direito
<b>Código:</b>	184888
<b>Denominação:</b>	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL
<b>Nível:</b>	Graduação
<b>Vigência:</b>	1999/2
<b>Pré-req:</b>	FDD-184039 INTRODUCAO AO DIREITO 1
<b>Ementa:</b>	Capacitar o aluno a identificar e distinguir os institutos que formam o Direito Penal Brasileiro, especialmente quanto à teoria da norma penal e do crime e estimular a visão crítica sobre o mesmo e sua interação com a sociedade.
<b>Programa:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Direito Penal conceito, características e finalidade. Princípio da legalidade Princípio da intervenção mínima. Princípio da lesividade. Princípio da humanidade. Princípio da culpabilidade. Bem jurídico.</li> <li>2. História das idéias penais: principais escolas. Evolução histórica do direito penal brasileiro. Criminologia e política criminal. Mudanças de paradigma</li> <li>3. Norma penal: Características. Aplicação no tempo, no espaço e em relação a pessoas e funções. " Extradicação. Contagem de prazo.</li> <li>4. Crime: conceitos. Ilícito penal e civil. Conceito analítico.</li> <li>5. Conduta: ação e omissão. Resultado. Relação de causalidade. Teorias.</li> <li>6. Tipicidade: conceito. Tipo doloso e culposos. Tipo consumado e tentado. Desistência. Arrependimento eficaz e posterior. Crime impossível. Exclusão de tipicidade.</li> <li>7. Ilícitude: conceito. Causas de exclusão da ilicitude: legais e supralegais.</li> <li>8. Culpabilidade: conceito. Imputabilidade. Causas de exclusão da culpabilidade.</li> <li>9. Concurso aparente e de normas. Concurso formal e material de crimes, aberratio ictus e criminis. Problemática do erro.</li> <li>10. Concurso de pessoas.</li> <li>11. Pena: natureza e fins. Conceito jurídico e características, classificações. Penas no Direito Penal Brasileiro. Medidas de segurança.</li> <li>12. Aplicação da pena: critérios de fixação, circunstâncias agravantes e atenuantes, causas de aumento e diminuição da pena.</li> <li>13. Extinção da punibilidade: causas.</li> </ol>

www.serverweb.unb.br/.../disciplina.as...

1/2



26/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...

## 14. O sistema da parte especial. Homicídio

**Bibliografia:**

1. Legislação: Constituição, CP e CPP atualizados.

2. Manuais: Winfried Hassemer, Fundamentos del derecho penal; Hassemer e Muñoz Conde, Introducción a la Criminología y al Derecho penal; Toledo, Principios básicos de Direito penal;

Nilo Batista, Introdução crítica ao Direito penal; Heleno Fragoso, Lições, vols. 1-2; Julio Fabbrini Mirabete, Manual, 3 vols; Paulo José da Costa Jr., Comentários, vol. 1 e 2; Damásio Evangelista de Jesus; Magalhães Noronha, vol. 1.

3. Comentário e tratado: Nelson Hungria e Heleno Fragoso, vols. 1-5; Zaffaroni, Tratado de derecho penal.

4. Monografias e temas específicos: Cemicchiaro e Paulo José da Costa Jr., Direito penal na Constituição; Toledo, Ilícitude penal e causas de sua exclusão; Toledo, O erro no Direito penal; Juarez Tavares, Direito penal da negligência; Nilo Batista, Concurso de agentes; Zaffaroni, Em busca das penas perdidas; Ferrajoli, Diritto e ragione; Heitor Costa Jr., Teoria dos delitos culposos.

5. Periódicos: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Boletim do IBCCrim, Discursos Sediosos.

© 2004-2011 CPD - Centro de Informática  
UnB - Universidade de Brasília

26/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...



**Universidade de Brasília - UnB**  
 Decanato de Ensino de Graduação - DEG  
 Secretaria de Administração Acadêmica - SAA



**Seja bem-vindo(a).**  
 Para ter acesso ao menu de Aluno, faça o login.  
 clique aqui para fazer o login.

## Disciplina - Listagem de Ementa/Programa

**Disciplina: 184209 - DIREITO PENAL 1**  
**(Ver Oferta)**

**Período Atual**  
 2011/1

### Graduação

- ☐ Curso
- ☐ Oferta
- ☐ Telefones
- ☐ Calendário
- ☐ Mensagem da SAA
- ☐ Benefícios DAC

**Órgão:** FDD - Faculdade de Direito

**Código:** 184209

**Denominação:** DIREITO PENAL 1

**Nível:** Graduação

**Vigência:** 1995/1

**Pré-req:** FDD-184888 TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL OU  
 ###-188140 DISCIPLINA NÃO CADASTRADA

**Ementa:** OBJETIVA A DISCIPLINA INICIAR O ESTUDO DOS TIPOS LEGAIS DEFINI-  
 DOS EM FUNCAO DE BENS JURIDICOS ELENCADOS NA PARTE ESPECIAL,  
 QUESTIO-  
 NANDO A SISTEMATIZACAO VIGENTE DIANTE DA  
 MACROCRIMINALIDADE. ULTRAPAS-  
 SANDO A META DE DESCRICAO , PRETENDE, SOBRETUDO CAPACIATR O  
 ALUNO A  
 PERCEBER COMO SE DA ADAPTACAO DS NORMAS A REALIDADE PELOS  
 OPERADORES  
 DO DIREITO.

**Programa:** 1.0 - Introducao. O sistema da Parte Especial. Contravencoes penais.  
 Legislacao extravagante. Reelaboracao do sistema.  
 2.0 - Protecao penal da pessoa. Crimes contra a vida.Lesoes corporais.  
 periclitacao da vida e da saude. Contravencoes referentes a pes-  
 soa. Crimes contra a honra em geral bem como na propaganda elei-  
 toral e na empresa. Crimes contra a liberdade individual.  
 3.0 - Protecao penal do patrimonio. Furto. Roubo e extorcao. Usurpa-  
 cao. Dano. Apropriacao indebita. Estelionatoe outras fraudes.Re-  
 ceptacao. Contravencoes referentes ao patrimonio.  
 4.0 - Protecao penal da propriedade imateerial.Crimes contra a proprie-  
 edade intelectual. Crimes condtra o privilegio de invencao. Cri-  
 mes contra as marcas de industria e comercio.Crimes de concor-  
 rencia desleal. Protecao da propriedade intelectual sobre pro-  
 gramas de computador.

www.serverweb.unb.br/.../disciplina.as...

1/3

26/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...

5.0 - Protecao penal do sentimento religioso e do respeito aos mortos.

Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra os mortos.

7.0 - Protecao penal dos costumes. Crimes contra a liberdade sexual.

Seducao e corrupcao de menores. Raptos. Disposicoes gerais. Lenocidio e trafico de mulheres. Ultraje publico ao pudor. Contravencoes relativas a policia de costumes.

8.0 - Protecao penal a familia. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiacao. Crimes a assistencia familiar. Crimes contra o patrio poder, tutela ou curatela. Protecao penal a infancia e adolescente.

9.0 - Protecao penal a incolumidade publica. Crimes de perigo comum.

Crimes contra a seguranca dos meios de comunicacao e transporte e outros servicos publicos. Crimes contra a saude publica. Repressao ao trafico ilicito e uso indevido de substancia entorpecentes ou que determinem dependencia fisica ou psiquica. Contravencoes referentes a incolumidade publica.

10.0 - Protecao penal a paz publica. Crimes contra a paz publica. Contravencoes a paz publica.

**Bibliografia:**

Autor : DELMANTO, Celso

Obra : Codigo Penal Comentado

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Renovar

Edicao:

Ano :

Autor : MIRABET, Julio Fabbrini

Obra : Manual do Direito Penal - Parte Especial

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Atlas

Edicao: Volume 3

Ano :

Autor : NORONHA, Edgar Magalhães

Obra : Direito Penal

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva/Volume 3

Ano :

Autor : COSTA JUNIOR, Paulo Jose

Obra : Curso do Direito Penal

Local :

26/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...

Editor: Saraiva

Edicao:

Ano :

Autor : JESUS, Damasio E.

Obra : Direito Penal

Local :

Editor:

Edicao:

Ano :

Autor :

Obra :

Local :

Editor:

Ano :

© 2004-2011 CPD - Centro de Informática  
UnB - Universidade de Brasília

27/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...



**Universidade de Brasília - UnB**  
 Decanato de Ensino de Graduação - DEG  
 Secretaria de Administração Acadêmica - SAA



**Seja bem-vindo(a).**  
 Para ter acesso ao menu de Aluno, faça o login.  
[clique aqui para fazer o login.](#)

**Disciplina - Listagem de Ementa/Programa**  
**Disciplina: 184217 - DIREITO PENAL 2**  
**(Ver Oferta)**

**Período Atual**  
 2011/1

**Graduação**

- ☐ Curso
- ☐ Oferta
- ☐ Telefones
- ☐ Calendário
- ☐ Mensagem da SAA
- ☐ Benefícios DAC

<b>Órgão:</b>	FDD - Faculdade de Direito
<b>Código:</b>	184217
<b>Denominação:</b>	DIREITO PENAL 2
<b>Nível:</b>	Graduação
<b>Vigência:</b>	1995/1
<b>Pré-req:</b>	FDD-184209 DIREITO PENAL 1
<b>Ementa:</b>	<p>OBJETIVA A DISCIPLINA A PROSSEGUIR NO ESTUDO DOS TIPOS LEGAIS DEFINIDOS EM FUNCAO DE BENS JURIDICOS ELENCADOS NA PARTE ESPECIAL, BEM</p> <p>COMO NA LEGISLACAO ESPECIAL, QUESTIONANDO A SISTEMATIZACAO VIGENTE DA</p> <p>MACROCRIMINALIDADE. ULTRAPASSANDO A MERA DESCRICAO PRETENDE, SOBRETU-</p> <p>DO, CAPACITAR O ALUNO A PERCEBER COMO SE DA A ADAPTACAO DAS NORMAS A</p> <p>REALIDADE, ATRAVES DA INTERPRETACAO DOS OPERADORES DO DIREITO.</p>
<b>Programa:</b>	<p>1.0 - Protecao penal da fe publica.</p> <p>1.1 - Crime de moeda falsa.</p> <p>1.2 - Crime de falsidade.de titulos e outros papeis publicos.</p> <p>1.3 - Crimes de falsidades documental.</p> <p>1.4 - Outras falsidades.</p> <p>1.5 - Contravencao referentes a fe publica.</p> <p>2.0 - Protecao penal da administracao publica.</p> <p>2.1 - Crimes praticados por funcionarios publicos contra a administra-cao em geral.</p> <p>2.2 - Crimes de abuso de autoridade.</p> <p>2.3 - Crimes praticados por particilar contra administracao em geral.</p> <p>2.4 - Crimes contra a administracao.</p> <p>2.5 - Crimes contra a administracao da Justica.</p>

27/4/2011

## UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...

- 2.6 - Contravenções referentes a administração pública.
- 3.0 - Proteção penal da ordem econômica.
- 3.1 - Crimes contra a ordem tributária.
- 3.2 - Crimes a ordem tributária.
- 3.3 - Crimes contra a previdência social.
- 3.4 - Crimes contra o sistema financeiro.
- 3.5 - Crimes contra a ordem econômica.
- 3.6 - Crimes falimentares.
- 3.7 - Crimes contra as relações de consumo.
- 4.0 - Proteção penal do patrimônio cultural e natural.
- 4.1 - Crimes contra o patrimônio cultural.
- 4.2 - Crimes e contravenções contra a fauna, flora e meio ambiente.
- 5.0 - Proteção penal do Estado.
- 5.1 - Crime contra a segurança nacional.
- 6.0 - Crimes.
- 6.1 - Militares.
- 7.0 - Proteção penal dos Direitos Humanos prevista legislação especial
- 7.1 - Crimes de genocídio.
- 7.2 - Crimes referentes a discriminação (preconceito de raça ou de cor, portadores de deficiência).
- 7.3 - Crimes contra a liberdade de expressão.
- 8.0 - Crimes eleitorais.

**Bibliografia:**

Autor : ASSIS TOLEDO, Francisco

Obra : Principios Basicos de Direito Penal

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva

Edicao: 4a

Ano : 1991

Autor : COSTA JUNIOR, Jose Paula da

Obra : Curso de Direito Penal

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva

Edicao: 2a

Ano : 1991

Autor : DELMANTO, Celso

Obra : Codigo Penal Comentado

Local : Rio de Janeiro/RJ/Brasil

Editor: Renovar

Ano : 1991 Edicao: 2a

27/4/2011

UnB - Matrícula Web - Disciplina - Lista...

Ano : 1991 Edicao: 1a

Autor : FRAGOSO, Heleno Claudio

Obra : Licoes de Direito Penal

Local : Rio Janeiro/RJ/Brasil

Editor: Forense

Edicao: 10a

Ano : 1988

Autor : JESUS, Damasio E. de

Obra : Direito Penal

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva

Edicao: 15a

Ano : 1993

Autor : JESUS, Damasio E. de

Obra : Direito Anotado

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva

Ano : 1991 Edicao:2a

Autor : NORONHA, E. de Magalhães

Obra : Direito Penal

Local : Sao Paulo/SP/Brasil

Editor: Saraiva

Edicao: 25a

Ano : 1991

© 2004-2011 CPD - Centro de Informática  
 UnB - Universidade de Brasília